

SEMANÁRIO
DE INFORMAÇÃO
GERAL
ANO XX Nº 1491
PREÇO-5.000 PG
DIRECTOR-INTERINO
JOÃO QUINTINO TELXEIRA
☎ { 21 37 13
21 37 28

NÔ PINTCHA

SEXTA-FEIRA
26 DE MAIO DE 1995

**NESTE NÚMERO
PODE LER**

- QUE FUTURO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA GUINÉ-BISSAU Pág. 2
- COMÉRCIO E ALFÂNDEGAS QUEREM CONTROLAR IMPORTS./EXPORTS. Pág. 3

PETROMAR INAUGURA BOMBAS EM TODO O PAÍS



Página 16

DILEMA AFRICANO: POUCA OPÇÃO, POUCO TEMPO



Páginas 8 e 9

RECENSEAMENTO NA FUNÇÃO PÚBLICA QUANTOS FUNCIONARIOS FANTASMAS EXISTEM?

Página 3

POLÍTICA

**ALBERTO
LIMA
GOMES
MORRE
VÍTIMA DE
ACIDENTE**



Página 7

DESPORTO

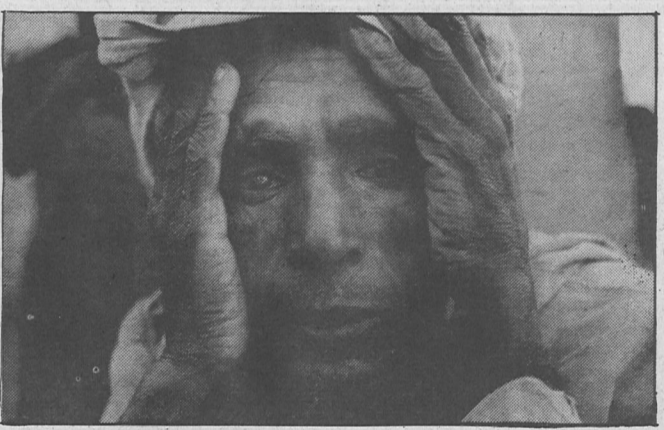
**JOGOS DA LUSOFONIA
BRASIL AUSENTE POR
CULPAS DA GUINÉ-BISSAU**

**LUTA TRADICIONAL
M'PAL MUTCHA FOI
SEGUNDO CLASSIFICADO**

Página 13

INTERNACIONAL

**POBREZA
A PIOR DAS DOENÇAS
EM ÁFRICA**



Registo

Sequestro de mulher fecha portas de um Centro de Saúde

O Centro de Saúde da povoação de Tendinto fechou as suas portas desde 25 de Setembro do ano Transacto. Segundo a revelação do chefe dessa aldeia, Buntum Suane, o facto deveu-se ao sequestro de uma aldeã casada, Caramó Tandjam, pelo então enfermeiro local, Augusto Gomes, mais de 24 horas na sua residência, no próprio Centro.

As suas relações amistosas eram misteriosas, embora alguns populares de aldeia desconfiassem dessa ligação amorosa, ninguém tinha prova, por isso o facto pouco importou a população local, até que numa sexta-feira a tarde deram por desaparecimento da referida mulher. Nunca imaginavam que o enfermeiro pudesse ter um comportamento moral de género, a coragem de fechar a mulher na sua residência e, estando depois a vaguear dentro do povoado.

Ao que tudo indica, no dia seguinte, o referido enfermeiro após sentir pesada a sua consciência, aventurou-se a banalidade, dando fora a língua por forma a desvendar o mistério que já fazia suar outros na busca da presa.

No seu dizer, fez mais uma vez demonstrar quanto vale o verso de Amílcar Cabral em afirmar que "quem julga que o povo é burro está enganado". Isto porque na sua conversa de sábado, um dia após o desaparecimento da referida mulher no mercado popular (lumo) de Cambajá, fez reflectir a memória de Buntum Suane a quem disse que os mandjings sacrificam as mulheres casando-as sem consentimento, portanto sujeitando-as a infelicidade, esquecendo, no entanto, os hábitos tradicionais "costumeiros" do mosaico étnico guineense.

Por mais curioso que pareça, de facto, viram a mulher sair no Centro onde se encontrava sequestrada.

O pouco bairinho porque a mulher foi sujeitada suportar torceu-lhe a língua, confessando estar todo aquele tempo na residência do seu sequestrador, facto que constituiu uma reacção brutal sem precedente do seu marido. Mas, no entender do chefe dessa aldeia, o encaminhamento do caso junto às autoridades de segurança social de Cambajá seria a melhor forma de solucionar a situação e, da mesma forma essa não se fez de rogada acabando por resolver a questão no imediato. Assim sendo, foi cedido a vontade da população local, a transferência do referido enfermeiro, isso porque no dizer do presidente de Comité do Estado do Sector de Conubuel, evitaram o imprevisível, dada a ameaça da comunidade local em matar o enfermeiro caso voltasse a trabalhar no Centro.

Por quanto a recolocação de outro agente de saúde naquele Centro, o delegado regional de saúde de Bafatá, assegurou ao nosso repórter que já dispõem de uma enfermeira que em breve irá ocupar o centro mas, o delegado regional sustentou ainda a ideia de transferir o enfermeiro do Centro de Saúde de Fajonquito que é casado para evitar situação conflituosa como aquela que passou naquele Centro de Saúde de Tendinto.

Segundo o dr. Lázaro Soares Cassamá, o centro fechou-se porque a sua delegação tem estado a reparar com falta de quadros técnicos de saúde, chegando mesmo a afirmar que aquele centro tem a capacidade de 4 técnicos.

A estrutura esquemática da construção desse centro tem 1 (uma) sala de parto 1 (uma) sala de tratamento de mãe-filho, 1 (uma) sala de exame médico, 1 (uma) enfermaria, 1 (um) corredor, 1 (um) armazém para stock de medicamentos e apartamentos para residências dos agentes de saúde desse centro.

Um centro que sobreviveu desde 1986 ano em que foi inaugurado e, nesse momento encontra-se sob cuidados de limpeza do servente Djarga Dabó que tem estado a trabalhar naquele centro sem salário, embora admitiu ter estado a receber o subsídio do "famoso" ASDI. Segundo a informação desse concelheiro ao número da população de Tendinto, até 1991, o Programa Alargado de Vacinação tinha apurado 1363 habitantes, devendo passar a um outro número na presente data.

Uma outra infra-estrutura de grande mérito já foi posta a disposição dessa população, trata-se de um sistema de fotovoltaico de bombagem com a potencialidade de 1400Wc, tendo o seu caudal diário 23,5 m³ e a altura do depósito mede 27, 4m, servindo-se de 4 canalizações para o abastecimento de água à população local e mais 2 canalizações destinadas a bebedouros de gados existentes naquela área que envolve algumas aldeias densamente povoadas, nomeadamente Sumbundo, Walicunda, Sare Wali e Sintchá Niél.

Uma outra situação encontrada nessa nossa viagem é a questão de falta de estrada que naturalmente dificulta o acesso à transportes público tornando a população local ainda mais isolada.

A agricultura mereceu(?) e merece, ainda hoje, a atenção particular do Governo da Guiné-Bissau. Mas muitos factores têm contribuído para o seu estrangulamento, factores esses analisado neste artigo, bastante crítico, do senhor Thierry Dudermeil, conselheiro na Delegação da C.E. em Bissau, publicado no Boletim Infor Comunidade. Devido ao interesse deste assunto e, sobretudo, pela sua actualidade, julgamos pertinente a sua retomada no nosso semário como a visão de um "parceiro" de desenvolvimento da Guiné-Bissau, susceptível de contribuir para uma reflexão conjunta da problemática do desenvolvimento da agricultura no país.

No programa do Governo, que acabou de ser aprovado pela Assembleia Nacional Popular, está bem realçada a necessidade para a Guiné-Bissau desenvolver o seu sector produtivo e, em primeiro lugar, as actividades agrícolas.

Com efeito, a agricultura constitui a base da economia nacional e o crescimento da riqueza do país só poderá decorrer em função do desenvolvimento da produção líquida das actividades agro-pecuárias. Para além disto, a Guiné-Bissau dispõe de um importante potencial agrícola e de vantagens na sub-região, ainda não devidamente exploradas: por um lado, a densidade agrícola deixa uma disponibilidade de terra por pessoa, relativamente elavada; por outro lado, as condições climáticas são nitidamente mais favoráveis de que nos países sahelianos vizinhos.

Deve-se frisar, por fim, que a imensa maioria da população do país (entre 70 e 80%) mora no meio rural. Existe, portanto, um imperativo social no sentido de melhorar o rendimento e as condições de vida desta população. Isto também evitara que o êxodo para Bissau contribua a gravar o crescimento da cidade que não dispõe de actividades suficientes para empregar toda a mão-de-obra disponível.

Essas condições fizeram com que, desde a independência, o Governo, seguindo nisso os preceitos de Amílcar Cabral, e os parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, acordassem uma prioridade ao desenvolvimento do sector agrícola.

Entretanto, um olhar lúcido, sobre os últimos 20 anos obriga-nos a reconhecer que a evolução da agricultura nacional não corresponde às expectativas e não recompensou os esforços consentidos pelo Governo e os doadores.

Podemos, em poucas palavras caracterizar as evoluções no seguinte:

EM FOCO

QUE FUTURO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NA GUINÉ-BISSAU?

* estagnação da produção alimentar do país, e aumento concomitante das importações de arroz; quase desaparecimento da cultura da mancarra; diminuição da produção de coconote;

* crescimento muito importante da produção e exportação da castanha de cajú, acarretando com isso, uma grande fragilidade económica; ficando as fontes de divisas do país na dependência de um único produto;

* degradação dos recursos naturais e, nomeadamente, deflorestamento acelerado, afectando os ecossistema mais frágeis;

* fenómeno de concessão de terra aos ponteiros, e instalação de pontas não legalizadas em concorrência com a exploração do meio pelos camponeses das tabancas;

* efeito muito reduzido da ajuda internacional, e nomeadamente dos grandes projectos de desenvolvimento integrado, qualquer que seja a sua fonte de financiamento;

* ausência de uma política agrícola, e descoordenação da intervenção dos diferentes Ministérios e/ou Projectos.

Em resumo, as actividades agrícolas do país são essencialmente voltadas para o autoconsumo das famílias dos produtores, com investimentos muito reduzidos na produção, com muitas trocas não monetizadas.

Existe hoje um certo consenso sobre a análise acima descrita dentro da comunidade dos doadores que, na sua maioria, estão a rever os seus modos de intervenção a favor do desenvolvimento rural. Assim, oito dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau (Banco Mundial, FAO, Cooperaçao Francesa, Cooperaçao Holandesa/SNV, PNUD, Cooperaçao Sueca, USAID e Comissão Europeia) enviaram recentemente uma carta conjunta ao Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura (MADRA), manifestando o seu agrado e apoio ao Governo pela sua intenção de lançar mão da elaboração de uma Carta de Política Agrícola, como os países vizinhos. No entender dos doadores esta Carta deveria, num prazo aproximado de um ano:

I) definir as orientações e objectivos gerais da política agrícola;

II) identificar as estratégias de intervenção em cada sub-sector;

III) estabelecer um plano de acções e medidas e o respectivo cronograma;

IV) elaborar um programa de investimento sectorial a médio prazo.

O perfil do sector agrícola no futuro, e por conseguinte do meio rural guineense, depende então,

numa larga medida, das decisões que serão tomadas na elaboração da Carta de Política Agrícola. Esta deverá ser elaborada a partir das reflexões dos técnicos do MDRA, apoiados nos dados estatísticos e estudos disponíveis e, principalmente numa ampla concertação com a sociedade civil, e da vontade política dos dirigentes do país. Estas decisões terão obviamente uma influência sobre a natureza e o volume da ajuda internacional no sector. Com efeito, no âmbito de uma política agrícola claramente definida, os apoios externos poderão tomar a forma de projectos bem dimensionados em torno de objectivos bem claros e serão, desta forma, mais eficazes.

Os futuros financiamentos do FED inscrevem-se, portanto, neste contexto e serão determinados em função das opções do Governo. Podemos, no entanto, a partir da experiência do passado, vislumbrar algumas pistas de intervenção em torno de três problemáticas fundamentais:

1. Apoio à produção agrícola

A recente avaliação do Projecto de Desenvolvimento Rural do Leste-PDR, confirmou que os projectos integrados constituem um tipo de intervenção muito custosa e burocratizada, que demonstraram sua ineficiência. O MDRA, aliás, concordou com o encerramento do projecto até Março de 1996.

De facto, o desenvolvimento da produção agrícola requer, em primeiro lugar, a criação de condições favoráveis e eventualmente de acções específicas que vêm apoiar os actores económicos, mas não substituir-se a eles. O objectivo é aqui de aumentar a produção agrícola líquida, e a competitividade da produção, mormente através do aumento da produtividade do trabalho. Daí, por um lado, a importância da elaboração rápida da Carta de Política Agrícola. Podemos, a título indicativo, citar três áreas que já receberam financiamentos do FED.

i) algodão: com base numa ferramenta industrial eficiente e na gestão da "fileira" por um operador privado, pode-se prever o crescimento de uma produção rentável e permitindo a diversificação das fontes em divisas do país; a médio prazo, esse sector, atingindo o seu nível de cruzeiro, deve prescindir de apoios financeiros externos;

ii) pecuária: uma continuação da melhoria dos fornecimentos de produtos veterinários e apoios na área de alimentação e comercialização dos animais, deve permitir um desenvolvimento desse sector que apresenta potencialidades muito importantes;

iii) culturas alimentares: dependendo das decisões de política agrícola tomadas, que devem ser coerentes com o objectivo de auto-suficiência alimentar nacional, a Guiné-Bissau tem condições de voltar a ser um exportador regional de alimentos; em particular, as potencialidades em termos de bolanhas merecem ser melhor aproveitadas.

O futuro das actividades produtivas rurais depende fundamentalmente da sustentabilidade dos modos de exploração do meio utilizados. A Comunidade Europeia encara a possibilidade de financiar acções em três áreas principais:

i) a valorização dos recursos fundiários; a segurança do acesso aos recursos fundiários e a prevenção de conflitos entre os camponeses das tabancas e os ponteiros são elementos cruciais de uma utilização sustentável do meio; a médio prazo, será necessário implantar um sistema cadastral funcional;

ii) a criação de uma legislação ambiental adequada à realidade do país e a implantação de áreas protegidas, nas zonas de maior interesse ecológico, com a participação activa das populações residentes;

iii) a melhoria do sector da produção carvoeira: o combustível limpo constitui a quase exclusiva fonte de energia doméstica no país; no entanto, sem racionalização da exploração de lenha, os danos sobre a cobertura florestal podem tornar-se irreversíveis.

3. Apoio às populações rurais;

As populações rurais do país são praticamente desprovidas de todos os serviços e recursos existentes na cidade. Uma exigência de justiça social, ou seja, a necessidade de garantir à população rural um padrão de vida mínimo, requer um esforço especial em direcção deste público. Aqui também, podemos citar três tipos de intervenções:

i) a comunicação rural: para as populações rurais, emissões de rádio rural em línguas nacionais constituirão uma ferramenta essencial para a sua formação de informação;

ii) o apoio às actividades femininas: considerando o papel de destaque das mulheres no meio rural, na esfera doméstica como na económica, é essencial evidenciar acções específicas no sentido de melhorar as suas condições de vida e seu rendimento;

iii) micro-realizações: as populações das tabancas precisam, muitas vezes, de investimentos sociais ou produtivos, para os quais não existem fontes de financiamento. Um programa de micro-realizações permitirá, na medida em que a população participe materialmente do empreendimento, atender a essas necessidades.

A Guiné-Bissau dispõe de potencialidades naturais e humanas importantes. A população já demonstrou a sua capacidade, por exemplo, através da cultura do arroz nas bolanhas salgadas - um sistema entre os mais produtivos da África. Após alguns anos de quase estagnação, é necessário que a Administração nacional se mobilize, a fim de criar as condições sociais e económicas, para que a produção rural responda com sucesso ao desafio de desenvolvimento económico do país.

Conselheiro na Delegação da C.E. em Bissau

NÔ PINTCHA

Av. do Brasil Apartado 54 — 1011 Bissau — Codex

Chefe de Redacção : Aniceto Alves



FICHA TÉCNICA

Redacção: Abduramane Djaló, Adulali Djaló, Baltazar Bebiano, Carlos Casimiro, Cláudio Maurício, Fernando Saldanha, Homes Quadé, Meta Camará, Porfirio Mendonça, Quintino Cá, Simão Abina e Venício de Carvalho. Composição / Maquetagem: António Barbosa, Luís Ialá, Mário Óscar e Paulo Sanca. Paginação: Fernando Ferreira, Anselmo Matche e José Amarildo G. Bióssé. Fotografia: Agostinho Pereira, Manuel da Costa, Mário Gomes e Pedro Fernandes. Secretária de Redacção: Ângela Reis, Judite Vieira e Ivete Monteiro. Administração: Amâncio Tepam-É, Edmundo Piedade e N'Gona Mané.

O Governo vai proceder, muito brevemente, a nível nacional, recenseamento dos funcionários e agentes da Função Pública para determinar o número exacto dos efectivos, combater os "funcionários fantasmas" e ao mesmo tempo informatizar o sistema de controlo de admissão e gestão do pessoal.

Governo procede recenseamento dos funcionários públicos

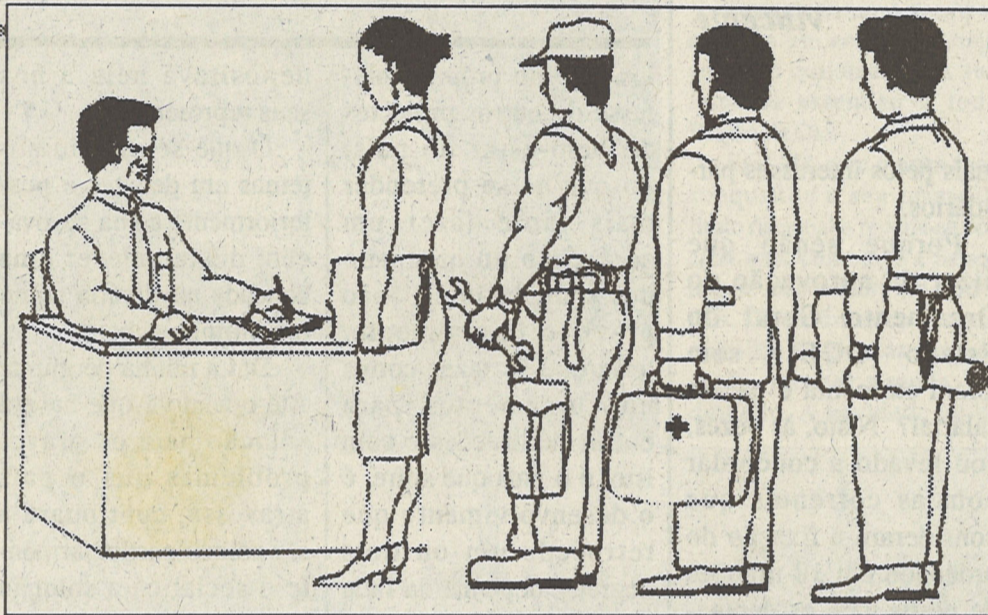
O Ministério da Administração Pública e Trabalho é a entidade responsável por este trabalho que conta com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Uma Comissão Nacional do Recenseamento presidida por Higinio Cardoso, director-geral da Função Pública, foi criada e é composta por nove elementos dos diferentes departamentos estatais, nomeadamente Administração Pública e Trabalho, Finanças, Administração Interna e Secretaria de Estado do Plano. A Comissão tem por competência a supervisão, controlo e coor-

denação de todo o processo de recenseamento bem como da execução dos actos de gestão corrente dos recursos disponibilizados para o efeito.

Foram recrutados 80 inquiridores e oito supervisores para procederem os trabalhos de recenseamento que durará cerca de 15 dias, para o qual, o Ministério da Administração Pública solicita a maior colaboração da equipa, a fim de que os objectivos traçados sejam alcançados.

Num circular distribuído a todos os serviços estatais, públicos e autónomos assinado pelo ministro da Administração Pública e Trabalho dr. Bubacar Baldé, esta instituição estatal dá conta da existência de graves distorções na Função Pública, traduzidas nomeadamente em tratamento pro-



fundamente diferenciados para grupos profissionais, bem como desequilíbrios e discrepâncias sectoriais em termos de efectivos, o que tem contribuído para uma progressiva degradação da imagem da Função Pública.

Segundo a nota, a tomada de medidas para a correc-

ção destas situações parece ser uma necessidade que não pode continuar a ser protelada, não só pela importância que reveste para o país, em função dos encargos que representa cerca de mais de 21 mil funcionários dos quais 8 mil militares, e agentes do

Ministério da Administração Interna, mas também porque exige um melhor conhecimento da situação dos efectivos, sua identidade, grau de formação, sua distribuição por categoria, situação profissional, entre outros.

O recenseamento é obrigatório e exige-se a presença

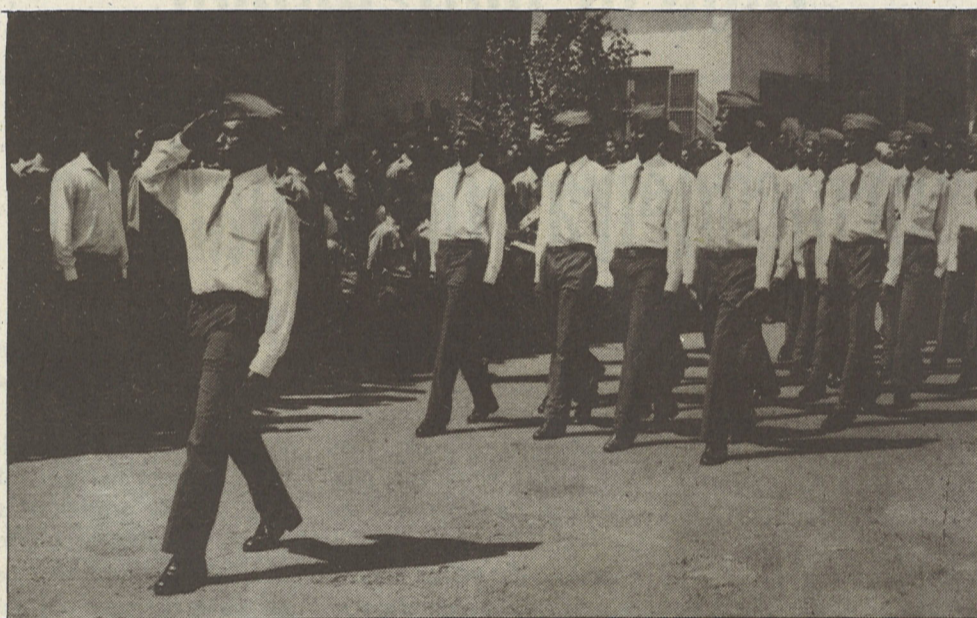
física dos recenseados para evitar aquilo que chamam de fluxo "dos funcionários fantasmas". Com este recenseamento que se pretende rigoroso, vai permitir o conhecimento exacto do número dos efectivos, sua afectação, sua identidade, situação habitacional e profissional, e também a constituição de um cadastro/ficheiro central, como instrumento de gestão dos recursos humanos.

O Ministério da Administração Pública e Trabalho e o Ministério das Finanças concordaram mesmo em como uma pessoa que não for recenseada deixa imediatamente de fazer parte da Função Pública, razão porque pedem a maior colaboração neste processo.

Existe, no entanto, um equívoco sobre quem é funcionário público. Será que os militares, para-militares, os pensionistas, o pessoal doméstico dos ministros e o pessoal dos projectos, são funcionários públicos? Esta é ainda algumas das questões que ficam por definir neste processo de recenseamento que mesmo os responsáveis do Ministério da Administração Pública e Trabalho não conseguem responder.

Oficiais do Exército terminam cursos

Um curso de aperfeiçoamento para Oficiais do Exército, organizado pelo Estado-Maior do Exército, terminou no passado dia 4 de Maio no Quartel de Brá com a entrega de diplomas aos 31 participantes.



Durante o curso os oficiais guineenses tiveram oportunidade de adquirir conhecimentos práticos em matéria militar, nomeadamente Tipografia, Transmissões, Educação física, Infantaria, Ordem única, entre outros.

O Inspector-geral das Forças Armadas, Coronel Mário Sousa Delgado, que presidiu a cerimónia na presença de altos oficiais do exército, agradeceu os instrutores portugueses e disse que este facto vai fortalecer ainda mais

a cooperação militar entre a Guiné-Bissau e Portugal.

Mário Sousa Delgado exortou aos recém-formados a aplicarem na prática os conhecimentos adquiridos durante o curso, adiantou que o E.M. E. vai envidar esforços para organizar sempre as acções do género.

Por seu turno, Domingos Carlos da Cunha, o aluno mais classificado, usou da palavra em nome dos seus companheiros do curso afir-

mando que "a iniciativa é de extrema importância para o exército na actual fase".

Entretanto, solicitou ao Ministério da Defesa para proceder com acções desta natureza, porque o momento o exige, acrescentando que "é com grande honra que recebemos os diplomas".

Por seu lado, o instrutor português, tenente-coronel Daniel de Carvalho, em declarações a Imprensa, afirmou que a iniciativa vem na

sequência do pedido do E.M.E. ao Adido português que acharam ser extraordinariamente importante para o exército nacional.

Daniel de Carvalho enalteceu a importância do curso e da cooperação existente entre os nossos dois países, afirmando depois que "a Guiné-Bissau possui recursos humanos qualificados em todos os domínios".

Djuldé Djaldé

Comércio e Alfândegas querem controlar importações e exportações

Ministério do Comércio e Direcção-Geral das Alfândegas querem acertar passos no controle das importações e exportações do país.

Por esse motivo técnicos dos dois departamentos do Estado estiveram ontem reunidos para analisar as possibilidades de articulação em termos funcionais tanto em Bissau como nas Regiões e nos postos fronteiriços.

Martinho Dafá Cabi e Joãozinho Vieira Cói, directores-gerais do Ministério do Comércio e das Alfândegas respectivamente, orientaram os trabalhos dos técnicos destas duas instituições.

A reunião incidiu-se no sistema de controle das importações e exportações que se efectua no país, que na maioria das vezes não passam por vias legais, o que implica a fuga ao fisco.

"Esta iniciativa do Ministério do Comércio, segundo o seu

director-geral Martinho Dafá Cabi, tem por objectivo apoiar as Alfândegas para que doravante possa haver uma coordenação dos serviços, que no fundo dependem um do outro".

COMÉRCIO/ALFÂNDEGAS-REUNIÃO

Martinho Cabi afirmou ainda que este encontro vai ser alargado a todas as outras instituições que participam directa ou indirectamente em actividades comerciais, no quadro da política de descentralização e desconcentração das estruturas do Ministério do Comércio.

Por seu turno, Joãozinho Vieira Cói, louvou esta iniciativa, realçando a necessidade de, havendo uma coordenação a nível das Direcções cujas actividades dependem uma da outra.

Assistiram a reunião todos os directores de serviços do Ministério do Comércio e os principais responsáveis da Direcção-Geral das Alfândegas.

Até quando é que o país lamentavelmente continuará a ser adiado? Nesta interrogação muitas outras poderiam ser feitas e tantas respostas encontradas e outras continuariam na incógnita dos deuses.

Mas, aquilo que pretendo abordar nesta, mesmo um laico em assuntos de política terá sua resposta a dar embora não seja de todo o mais completo e convincente

Ora vejamos: A Guiné-Bissau apesar de nos últimos tempos começar a "estribuchar" do estertor a que estava a ser conduzido, após a abertura democrática e posterior concretização desse jogo através das eleições um tanto quanto justo, infelizmente muita coisa ainda há por fazer, particularmente junto dos órgãos do poder, (Executivo).

Na última sessão parlamentar pode-se constatar que os representantes eleitos do povo em vez de defenderem os problemas destes, alinharam

mais pelos interesses partidários.

Porque senão que dizer da aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) sem terem em conta o pacote salarial? Nisto, às vezes, sou levado a concordar com as correntes que consideram a fixação do ordenado em 10 milhões de pesos para os deputados como uma "amordação" a fim destes não poderem aprofundar os vários assuntos que são do interesse nacional, um dos quais é o salário.

Pois entende-se que o pacote salarial pode fazer subir os "zeros" do OGE assim como pode reduzi-

Deputados e a causa nacional

los, isto no próprio interesse de outros projectos do bem-estar do país, porque ao se pretender mais tarde fazer um acréscimo no ordenado dos trabalhadores, não previsto inicialmente, teria que se fazer cortes nos orçamentos para outras realizações e com isto, é o país que sofre, é o desenvolvimento que retrocede um ou dois degraus, depende da fatia que se cortar.

Na última sessão da ANP, a primeira no jogo democrático a que o país começa ensaiar, assistiu-se um completo alinhamento por bancadas, alinhamentos esses que pôs em causa e matou muitas expectativas que o povo

depositava nela e nos seus representantes.

O que se assistiu nos temas em debates e posteriormente a sua aprovação, deixa antever uma bancada adversária como um inimigo a bater.

Daí a minha pergunta: Até quando é que haverá solução para os graves problemas que o país atravessa, continuará a ser adiado particularmente o social cuja solução poderia ser uma mola impulsora para um verdadeiro desenvolvimento do país? Senão vejamos:

Quando uma pessoa usufrui de um vencimento condigno deixa logo de pensar no arroz para a refeições do dia seguinte,

dinheiro para "mafé", medicamentos, material escolar, etc, etc..., para se dedicar inteiramente na sua tarefa, o produtor da sua riqueza de um lado e por outro com possíveis lucros que sobra da paulatina economia do dia-a-dia. Certamente irá melhorar a sua situação social e com isso começará a desaparecer aos poucos o gritante nome do país mais pobre do mundo e se o tal tiver que prevalecer, será noutro domínio, possivelmente mais ligado ao Governo.

Aliás, o Governo também sentir-se-ia mais aliviado com a enorme carga social que tem sobre os ombros. São estes e mais outros a

principal tarefa dos deputados, sem com isso querer dar uma lição aos nossos dignos representantes eleitos pelo povo.

Contudo não quero terminar esta sem incluir uma palavra de louvor aos nossos parlamentares apesar de todo incongruência ali reinante, bateram-se de uma forma democrática para afirmação de uma verdadeira democracia neste país, e muito particularmente a mesa que soube conduzir os trabalhos na base de uma transparência democrática, acolhendo as opiniões divergentes que não podia ser doutra forma, num parlamento multicolor, sobretudo na pessoa do seu onnipresente presidente, Malam Bacai Sanhá, que, a meu ver, foi uma das melhores escolhas que o partido maioritário e vencedor das eleições soube fazer.

Que a próxima sessão parlamentar seja mais democrática e socializante! São os meus votos com que encerro esta.

Simão Abina

Asexualidade é uma faceta importantíssima da vida social e individual, e cada sociedade regulamenta as suas manifestações por meio de normas jurídicas e ético-ideológicas, isso não se verifica no nosso país. Contudo, a atitude em relação à sexualidade depende de valores culturais mais amplos, inclusive das noções vigentes sobre a essência do homem, a natureza das diferenças sexuais, as relações conjugais e familiares, a correlação entre razão e sentimentos, etc...

Em cada época histórica predominou uma dada concepção de moral sexual. Nas antigas civilizações do Oriente, na China e na Índia, por exemplo, além de não condenarem o erotismo, elevaram a arte do amor" ao nível do culto religioso. Contrariamente ao cristianismo, que intuiu decisivamente o desenvolvimento da cultura europeia, assumiu sempre uma atitude hostil em relação à sexualidade, considerando vil e pecaminoso tudo o que é corporal e lascivo no ser humano.

Mas entre as diferentes

igrejas cristãs - Católica, Protestante e Ortodoxa-, a última é de longe a mais ascética. Refira-se, a título de exemplo, que no Ocidente católico do século XIII inclusive na pintura e escultura sacra. Nas imagens iconográficas da igreja ortodoxa só existem praticamente "semblantes", o corpo não existe como tal, pois aparece totalmente encoberto. Hoje desconhece-se a origem destes tabus, mas eles, pelos vistos, mantêm-se vivos no nosso inconsciente, impondo-nos determinadas limitações.

Assiste-se nos nossos dias ao esboçar de tendências comuns em todos os países industrialmente desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento. Antes de mais, constata-se uma maturação mais rápida entre os adolescentes e o despertar mais precoce de interesses sexuais.

Na Guiné-Bissau, por exemplo, segundo análises feitas por pessoas ligadas a esta área, a média etária do início sexual é actualmente de 15,9 anos, tanto para rapazes como meninas.

Isto está relacionado com uma maior generalização das

Tabú de antiguidade "brincadeira" de actualidade

relações pré-conjugais e uma maior condescendência em relação a estas. Num país asiático, Tailândia por exemplo, em cada mil mulheres que engravidaram pela primeira vez em 1981, 272 optaram pelo aborto, 140 deram a luz sendo solteiras e 271 poucos meses depois de casarem. Só 371 recém-nascidos haviam sido concebidos em matrimónio.

Também se atribui mais importância à sexualidade na própria relação conjugal. Embora a satisfação sexual, o amor e a felicidade conjugal não são sinónimos, estão intimamente ligados. Segundo os sexólogos, a harmonia sexual está em terceiro lugar no rol de factores indispensáveis para um matrimónio feliz. Estes fenómenos são

por vezes incluídos no conceito de "revolução sexual". Podemos concordar ou discordar de tal definição, mas uma coisa é certa: este processo e já de si mesmo contraditório. Por outro lado, a impressão das velhas normas de conduta e preconceito restritivos origina em alguns jovens uma certa promiscuidade. Em resultado, a sexualidade é destituída do seu carácter de intimidade e espiritualidade, o que se traduz em grandes perdas pessoais, no parecer de uma série de problemas sexuais, a começar pela instabilidade matrimonial e a terminar na contaminação de doenças venéreas e outras infecções perigosas e a própria SIDA, considerada doença do século.

A sociedade guineense está agora confrontada com diversos problemas como a prostituição não declarada, que é a mais perigosa de todas que se pratica neste mundo. Este fenómeno deve, na minha opinião, merecer um maior destaque nos nossos órgãos de informação por parte de agentes de Planeamento Familiar.

A educação sexual dos estudantes nas nossas escolas através da introdução dessa disciplina é vista como necessário em quanto parte integrante da educação moral da personalidade e de preparação para a vida familiar, e não como algo que deva existir por si mesmo. A informação sexológica nas disciplinas escolares é escassa ou quase não existe e, por

vezes, a educação moral é transformada em moralização primitiva. Evitando elucidar "precozmente" os adolescentes sobre "coisas" desnecessárias". Na prática, a escola fornece muito menos informações e mais tardiamente do que seria realmente necessário.

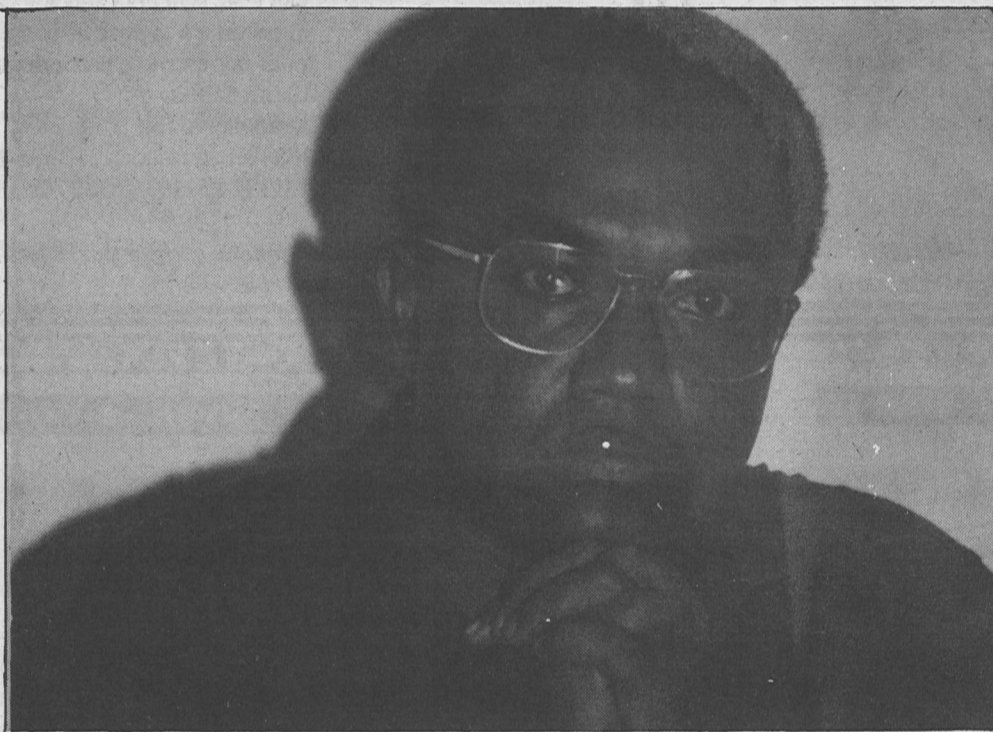
Vejamos a questão dos contraceptivos: Se perguntarmos aos professores ou aos pais se acham que se deva informar aos alunos sobre este assunto, a maioria responderia não. Essas informações só iriam incentivar as relações sexuais precoces.

Muitos adolescentes, porém partem para a vida sexual sem pedirem a anuência dos pais e, devido a falta de preparação, são confrontados com consequências bastante desagradáveis. Devido a insuficiente elucidação sobre o uso de contraceptivo ao nível das nossas populações - refiro-me agora aos adultos em geral-, o número de pessoas que engravidam sem se saber continua a dominar o nosso quotidiano.

*T. Athizar Mendes Pereira
Estudante*

UM termina constituição dos seus órgãos nacionais

Os cinco dos seis partidos que integravam a Coligação "União para a Mudança" e que no passado mês de Abril assinaram o protocolo de fusão terminaram a constituição dos seus órgãos dirigentes com a formação do seu Secretariado Nacional, instituição encarregue da execução e condução da política do partido.



▶ AMINE SAAD, Secretário Geral de UM

U.M. CONSIDERA ATITUDE DO GOVERNO DE ABUSIVA

Entretanto, o Secretariado-Nacional da UM reunido no dia 8 do corrente decidiu condenar a atitude adoptada pelo Governo, de usurpação abusiva dos materiais e equipamentos da CNE por ordem, do ministro da Comunicação Social e Assuntos Parlamentares à mandato do Primeiro-Ministro, antes da apresentação do relatório e eventu-

al extinção desse órgão.

Uma nota datada de 5 do corrente rubricada por Hélder Proença e enviada a Direcção-Geral da Polícia e Ordem Pública refere que "por determinação de S.Ex.^a o Senhor Primeiro-Ministro, deve V.Ex.^a ordenar apreensão de todas as viaturas com a sigla C.N.E. e de motorizadas que se encontram na sede da C.N.E."

O comunicado da UM a que tivemos acesso indica que irão propôr ao Presidente da República um órgão perante o qual legalmente responde a CNE a reposição da legalidade e a adopção de medidas que ponham termo ao abuso de poderes deste tipo, por parte do Governo.

Igualmente pretendem propôr que após a extinção da CNE seja criado um organismo público permanente ligado às questões eleitorais, para o qual reverterão os materiais e equipamentos da CNE, tendo em vista a criação de condições mínimas para a realização de futuras eleições.

O comunicado refere ainda que a UM vai alertar a Comunidade Internacional para um eventual desvio pelo Governo, para outros fins, dos materiais e equipamentos financiados no quadro de ajuda para a realização das eleições na Guiné-Bissau, facto esse que poderá inviabilizar a realização de futuras eleições no país.

Na sua reunião do dia 8 a UM aprovou o seu programa de acção de curto prazo bem como iniciou a implantação de estruturas a nível das regiões.

Este "Governo sombra" (Secretariado) da UM é liderado por Amine Saad como secretário-geral e conta com um gabinete de 14 membros, designados secretários-nacionais e a presença de três mulheres, nomeadamente Carolina Correia, Anita Adama Djaló e Tambura Na Calte.

A estruturação desse órgão compreende áreas de política partidária e de seguimento da política governativa do país.

Assim, o deputado Karambá Turé, como secretário-nacional para a Organização é o braço direito do secretário-geral, enquanto que a área de Informação partidária foi confiada a Abdulai Djau.

Entretanto, eis na íntegra a constituição do Secretariado:

secretário-geral - Amine Saad; secretário-nacional para a Organização, Karambá Turé, Informação, Abdulai Djau, Relações Internacionais e Interpartidárias, Agnelo Regalla, Administração e Finanças, Joaquim Bwock, Assuntos Eleitorais, Aquino Duarte, Área das Liberdades Públicas e Direitos Humanos, Carolina Correia, Área Económica, José Colónia, Ordenamento do Território e Obras Públicas, Jorge Mandinga, Área Social Iancuba Indjai, Área Productiva, Anita Adama Djaló, Cultura e Meio Ambiente, Raúl Fernandes, Assuntos da Mulher e Infância, Tambura Na Calte, Assuntos Laborais, Celestino Baptista, e Responsável pelo Gabinete de Estudos e Estratégia, Manuel Rambout Barcelos.

Após a visita de uma semana a República de Cabo Verde na qual manteve vários encontros com dirigentes do Governo e outras entidades caboverdianas, dentre os quais a Comissão dos Direitos Humanos de Cabo Verde, o presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) regressou dia 11 do corrente a Bissau.

Presidente do Fórum das ONG's dos PALOP visita Cabo Verde

Fernando Gomes que é igualmente presidente do Fórum das

ONG's dos Direitos Humanos dos PALOP manteve encontros de trabalho com o Presidente da República, António Mascarenhas

Monteiro, presidente da Assembleia Nacional, com o Procurador-Geral da República e o Primeiro-Ministro, Carlos Veiga,

com quem abordou assuntos relacionados com a problemática dos direitos humanos nos PALOP.

Com Mascarenhas Mon-

teiro passou em revista a situação dos Direitos Humanos nos PALOP, em particular na Guiné-Bissau e Cabo Verde, bem como discutiram

a elaboração de um relatório sobre a situação dos Direitos Humanos nos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

O chefe do executivo caboverdiano prometeu, na ocasião, dar todo o apoio necessário a ONG's dos Direitos Humanos dos PALOP tendo igualmente louvado a iniciativa da criação desse fórum.

Igualmente, o dr. Fernando Gomes teve encontros com o conselheiro diplomático da Embaixada portuguesa em Cabo Verde e com as organizações das mulheres e crianças desse país.

Fernando Gomes visitou Cabo Verde no quadro do Fórum das ONG's dos PALOP.

RE-ANUNCIO DE VAGA

Fundo das Nações Unidas para a Infância em Bissau Guiné-Bissau

TÍTULO - Administrador do Projecto de Educação

NÍVEL - Profissional Nacional NO-C posto número 94583

OBJECTIVOS - Responsável pelo desenvolvimento, planeamento, coordenação e seguimento do Programa Educação na Guiné-Bissau.

QUALIFICAÇÕES - Licenciatura no domínio da Educação ou Ciências Sociais.

E EXPERIÊNCIAS - 5 (cinco) anos de actividades ou de experiências contínuas no sector da administração do programas de educação, seguimento e avaliação.

DE TRABALHO - Conhecimento actualizado sobre as políticas de desenvolvimento assim como de políticas de planificação social e procedimentos de cooperação internacional.

- Capacidade de análise, negociação comunicação e advocacy. Facilidade para treinar.

- Habilidade para trabalhar num ambiente internacional e multicultural.

- Bom conhecimento de informática (wordPerfect; Lotus; Harvard Graphics).

- Fluente em português. Boa compreensão e expressão da língua inglesa é desejável. Ter conhecimentos de Francês e de línguas locais é uma vantagem.

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS - No escritório do UNICEF - Favor apresentar seu CV num envelope dirigido ao Oficial das Operações, entre 22 de Maio e 22 de Junho de 1995 das 10 até às 12:00 horas.

- Pré-selecção dos candidatos: 24 de Junho de 1995.

- Entrevistas aos candidatos pré-seleccionados: 27 de Junho de 1995.

- A comunicação dos resultados serão feitas por escrito a partir do dia 15 de Julho de 1995.

ENDEREÇO - Bairro Militar s/n

Apartado 464

1034 Bissau Codex - Guiné-Bissau

TELEFONE - 251192/251193/251821/251822

NOTA: O candidato seleccionado para o posto terá que se submeter a um exame médico antes da emissão do seu contrato.

RE-ANUNCIO DE VAGA

Fundo das Nações Unidas para a Infância em Bissau Guiné-Bissau

TÍTULO - Assistente de Informação e Comunicação.

NÍVEL - Serviços Gerais GS-7 posto número 94584.

OBJECTIVOS - Sob a supervisão do Oficial de Informação/Comunicação e Relações Externas, apoiar na planificação, execução e monitoramento das actividades de Comunicação em apoio aos programas sectoriais (Saúde, Educação, Água e Saneamento, etc.).

QUALIFICAÇÕES - 11º ano de Liceu.

E EXPERIÊNCIAS - Treinamento através de cursos universitários em ciências da Informação/Comunicação ou Jornalismo.

DE TRABALHO - 3 anos de experiência progressiva na área de Informação /Comunicação relativa a projectos sociais - Capacidades de análise e negociação assim como a habilidade para trabalhar num ambiente internacional e multicultural.

- Bom conhecimento de informática (Word Perfect; Lotus; Harvard

Graphics) e de equipamentos para a produção de audio-visuais.

LÍNGUAS - Fluente em português. Boa compreensão e expressão da língua inglesa é desejável. Ter conhecimentos de francês e de línguas locais é uma vantagem.

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS - No escritório do UNICEF - Favor submeter seu CV num envelope dirigido ao Oficial das Operações, entre 22 de Maio e 22 de Junho de 1995 das 10 até às 12:00 horas.

- Pré-selecção dos candidatos: 24 de Junho de 1995.

- Entrevista aos candidatos pré-seleccionados:

- 27 de Junho de 1995.

- Um teste será aplicado aos candidatos pré-seleccionados numa data a indicar. A comunicação dos resultados serão feitas por escrito a partir do dia 15 de Julho de 1995.

ENDEREÇO

- Bairro Militar s/n

Apartado 464

1034 Bissau Codex - Guiné-Bissau

TELEFONE

- 251192/251193/251821/251822

NOTA: O candidato seleccionado para o posto terá que se submeter a um exame médico antes da emissão do seu contrato.

AVISO-PREVIO

MARCAS REGISTRADAS-GUINÉ-BISSAU



HITACHI

AVISA-SE PELO PRESENTE, que a acima mencionada marca/serviço registadas são as marcas/serviço registadas de: - KABUSHIKI KAISHA HITACHI SEISAKUSHO (operando comercialmente como Hitachi, Ltd.)

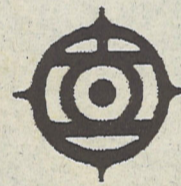
Uma companhia organizada e existente segundo as leis do Japão, com sede em : 6, Kanda - Surugadai 4 Chome, Chioda - Ku, Tokio, Japão.

A marca/serviço registadas são usadas em conexão com: Todas as espécies de matérias-primas e produtos manufacturados, incluindo produtos eléctricos e electrónicos; instrumentos científicos e industriais; equipamentos electrónicos e componentes; computadores e programas para computadores; equipamento para radiologia e equipamento electrónico para medicina; equipamento para radiodifusão e video; equipamento para rádio e comunicações; produtos electrónicos para uso doméstico e suas aplicações; equipamentos para produção, transmissão e distribuição de energia; equipamentos para construção e engenharia de fábricas e de máquinas; equipamentos para unidades industriais e transportes; equipamentos para processamento e trabalho industrial; equipamento para automatização de escritório; equipamentos para ar condicionado; máquinas-ferramentas de precisão e produtos para gráfica digital; ferramentas para energia eléctrica; elevadores, escadas de elevação e escadas rolantes; produtos para a indústria automóvel: produtos químicos; cabos e ligações eléctricas; produtos metálicos; peças sobressalentes, acessórios e componentes para todas as mercadorias acima referidas; todas as espécies de serviços, incluindo serviços de pesquisas e desenvolvimento; equipamento e serviços e facilidades "leasing" crédito e serviços ao consumo de "leasing".

AVISA-SE TAMBÉM, de que procedimentos legais serão tomados contra quaisquer pessoas ou entidades que usem a referida marca/serviço registadas ou quaisquer imitações dela, ou que, por qualquer outro modo, infrinjam os direitos da referida companhia proprietária.

CAUTIONARY NOTICE

TRADE MARK - GUINEA BISSAU



HITACHI

NOTICE IS HEREBY GIVEN that the above trade/service marks are the trade/service marks of:

KABUSHIKI KAISHA HITACHI SEISAKUSHO (trading as Hitachi, Ltd.) a corporation organised and existing under the laws of Japan, of 6, Kanda - Surugadai 4 Chome, Chiyoda - Ku, Tokio, Japan

The trade/service marks are used in connection with: all kinds of raw materials and manufactured products, including electrical and electronic products; scientific and industrial instruments; electronic equipment and components; computers and computer programs; radiological and medical electronic equipment; broadcasting and video, radio and communication equipment home electronic products and appliances power generating, transmission and distribution equipment; plant engineering and construction machinery and equipment industrial plants and transportation equipment; industrial processing equipment; office automation equipment, air-conditioning equipment; precision machine tools and digital graphic products; electric power tools: elevators and escalators: automotive products: chemical products: electric wire and cable; metal products; parts of and fittings and accessories for all the aforesaid goods; all kinds of services, including research and development services: equipment and facility leasing services: consumer credit and leasing services.

NOTICE IS ALSO GIVEN that legal proceedings will be taken against any person or company who uses the said trade/services marks or any imitations thereof or otherwise infringes the rights of the said company.

O Conselho de Ministros (CM) reunido, dia 17, em sessão extraordinária sob a presidência do Primeiro-Ministro, Manuel Saturnino Costa, decidiu adiar para a sua próxima sessão a aprovação do projecto de decreto que fixa um subsídio para mobiliário de residência a que têm direito as diferentes entidades (membros do Governo e outros titulares de cargos políticos).

O colectivo ministerial deliberou igualmente que na sua composição os gabinetes ministeriais terão apenas um assessor, com a categoria correspondente à letra "B" beneficiando de subsídios para renda de casa, luz, água e telefone, nos montantes de

Conselho de Ministros

Adiada aprovação de Decreto que fixa subsídio para mobiliário de residência dos membros do Governo

2.500, 1.500 e 1.000 pesos mensais.

Quando aos chefes de gabinete dos membros do Governo, o CM decidiu manter a categoria e os respectivos direitos e regalias correspondentes à dirigentes de nível II.

A apresentação na próxima reunião do CM de dados que permitam conhecer o resultado, traduzido em números, das medidas que se tomaram no sentido da redução das despesas públicas nomeadamente o resulta-

do da redução do número de directores-gerais, é outras das recomendações do colectivo ministerial que entende, por outro lado, que no âmbito da reorganização dos serviços públicos foi criada uma comissão integrando os ministros das Finanças, da Administração Pública, Administração Interna e Forças Armadas para estudar o assunto e apresentar uma proposta na próxima reunião do CM para redução de directores de serviço e equiparados.

Na sessão do dia 17 o colectivo ministerial apresentou uma proposta de reajustamento tarifário no Porto de Bissau que mereceu muita análise tendo a sua discussão sido remetida para os próximos tempos aguardando mais dados que permitam ao CM conhecer com maior profundidade a situação e poder emitir a sua opinião sobre a revisão tarifária a decidir pela tutela.

Quando ao protocolo de acordo concernente à liquidação da DICOL,

assinado em Lisboa a 23 de Fevereiro último mereceu a aprovação do CM.

Entretanto, sobre os Combatentes da Liberdade da Pátria foi criada uma comissão presidida pelo ministro da Defesa Nacional e integrando os ministros das Finanças, Administração Pública, Administração Interna, Saúde e os secretários de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria e da Presidência do Conselho de Ministros para a realização de um

estudo sobre a problemática dos Combatentes da Liberdade da Pátria nas suas várias vertentes, a começar pelo direito a pensão e apreciação das reivindicações que têm sido apresentadas.

O CM analisou e deliberou ainda na sua sessão extraordinária do dia 17 aprovar, com emendas, o projecto que autoriza a PETROGUIN a promover o aproveitamento dos minérios já confirmados no país e a negociar os contratos de pesquisa, de concessão de exploração e de desenvolvimento dos minérios bem como autoriza igualmente, depois de aprovação, com emendas, esta empresa a importar, armazenar e comercializar os produtos e subprodutos derivados de petróleo.

O CM encerrou os seus trabalhos aprovando o relatório da missão efectuada a Portugal pelo ministro dos Recursos Naturais, Energia e Indústria no processo da liquidação da DICOL.

Tribunal de Contas tem novo presidente

O Tribunal de Contas da Guiné-Bissau tem a partir de 17 do corrente um novo presidente na pessoa de Nicandro Pereira Barreto que foi nomeado pelo Decreto-Presidencial nº 4/95.



Nicandro Barreto, novo presidente do TC

Nicandro Barreto tem a categoria de secretário de

Estado e foi nomeado nos termos do nº 2 do artigo 11 da Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei nº 7/92 de 27 de Novembro.

Enquanto isso, o antigo presidente do Tribunal de Contas, Marciano Valentim Dama, foi exonerado do cargo para que fora nomeado pelo Decreto-Presidencial nº 13/92 de 27 de Novembro.

Guiné-Bissau adere a Shelter-Afrique

A Guiné-Bissau e a SHELTER-AFRIQUE assinaram a 23 do corrente, em Bissau, um protocolo de acordo que torna este país o 33º país membro que integra esta Sociedade para o Habitat e o Alojamento Territorial em África.

O documento foi rubricado pela parte guineense pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Raimundo Pereira, e por Papa Koundia, administrador da Shelter-Afrique.

Na ocasião, Raimundo Pereira afirmou que a adesão da Guiné-Bissau a Shelter-Afrique só trará vantagens para o país no que diz respeito à construção de habitações.

"Esta tem sido uma das grandes preocupações do Governo que tem procurado a curto, médio e longo prazos resolver o problema habitacional com que se debate o país", disse o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O que é a Shelter-Afrique

A Shelter-Afrique é a primeira instituição pan-africana de financiamento e de desenvolvimento do habitat. Ela foi criada, em 1982 em Arusha, pelos Governos africanos (30 Estados), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Sociedade Africana de Resseguros, AFRI-CARE e a Commonwealth Development Corporation (CDC) todos eles membros accionários.

Recentemente, o número de Estados accionários aumentou com a adesão de Chade e da Mauritânia e no dia 23 é a Guiné-Bissau que se tornou no 33º Estado accionário. A sociedade tem sede em Nairobi onde goza de estatuto diplomático.

Os objectivos principais da Shelter-Afrique visam diminuir os déficits em alojamento dos países membros graças a mobilização dos recursos financeiros com vista a ajudar as instituições nacionais a implementar projectos de habitação bem como a promoção, através da participação no

capital e na assistência técnica, dos investimentos no sector da habitação e a criação de instituições imobiliárias.

Igualmente tem por objectivo o desenvolvimento dos mercados imobiliários e o melhoramento dos mecanismos de promoção da habitação nomeadamente terrenos, finanças, infra-estruturas e promoção de materiais locais de construção através da criação de pequenas unidades industriais que geram rendimentos e empregos.

A Shelter-Afrique visa ainda o desenvolvimento de competências e a tomada de consciência das questões de habitação através da formação e vulgarização de novas ideias e técnicas bem como ajudar os Governos africanos na formulação e implementação de políticas nacionais de habitação.

Estrutura Organizacional

A Shelter-Afrique é uma instituição gerada numa boa base profissional. O seu Conselho de Administração é composto de quadros experientes das finanças internacional, obras, urbanismo, equipamento social, engenharia, arquitectura e no domínio hipotecário. A Assembleia-Geral dos accionistas é o órgão supremo e ela se reúne uma vez por ano. A gestão administrativa da sociedade é assegurada por um director-geral em colaboração com o secretário da sociedade, chefes do departamento das finanças e das operações bem como com o apoio técnico dos quadros profissionais.

Estrutura do capital

A Shelter-Afrique foi criada com um capital inicial autorizado de 40 milhões de dólares. Entretanto, em Maio de 1988 a Assembleia-Geral realizada em Kampala aumentou o capital para 300 milhões de dólares dos quais 50 por cento são dos actuais membros e 1/3 constitui capital liberal.

Actividades operacionais

A Shelter-Afrique intervém nos seguintes domínios: construção, saneamento, parcelas saneadas em lotes urbanizados, materiais de construção e instituições de financiamento habitacional.

A intervenção desta sociedade está dividida em quatro formas nomeadamente na participação do capital, financiamento directo dos promotores imobiliários públicos e privados com empréstimos a curto prazo (1 a 5 anos com uma demora de um ano) e longo prazo (10 a 15 anos com uma demora de dois anos), linhas de crédito e assistência técnica.

O Fundo Africano para a Habitação

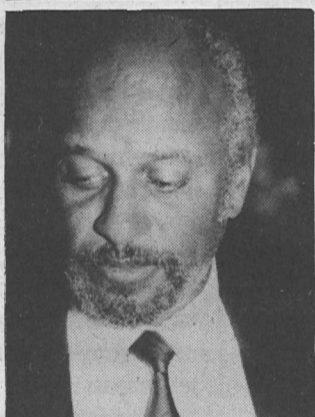
O Fundo Africano para a Habitação (FAH) foi criado pela Shelter-Afrique em 1988 enquanto entidade autónoma, seguida da necessidade de pôr na prática um programa que responderia as necessidades das populações mais desfavorecidas do continente.

Os grupos alvos comportam essencialmente os camponeses, as populações rurais e urbanas pobres e sem terras cujas necessidades serão satisfeitas mediante uma aproximação integrada.

Este programa FAH visa, entre outros, o fornecimento de terrenos, de infra-estruturas de base e alojamentos bem como a implementação de actividades geradoras de rendimentos.

O Fundo representa o guichet através do qual a Shelter mobiliza os recursos financeiros concessionais junto de certos doadores.

O futuro representa um grande desafio para a Shelter-Afrique. Longe de insistir sobre o défice que acusa o parque imobiliário nos Estados membros, a Shelter estima que a situação que prevalece no continente oferece uma ocasião não somente para reforçar os mecanismos de produção de alojamentos, mas igualmente de aumentar os investimentos e criar empregos para a grande massa das populações.



O malogrado Alberto Lima Gomes

O ex-ministro das Obras Públicas, arquitecto Alberto Lima Gomes morreu em 21 do corrente, vítima de acidente quando a sua arma de caça disparou involuntariamente contra a sua própria pessoa nos arredores de Mansabá.

Alberto Lima Gomes nasceu em Fevereiro de 1938 em Farim, Norte da Guiné-Bissau, tendo efectuado os seus estudos primários em Bissau, secundário e liceal em Portugal.

Terminado o Liceu ingressa na Força Aérea Portuguesa

Vítima de acidente morreu Alberto Lima Gomes

onde cumpre o serviço militar, mas que não chega a concluir por ter fugido num jacto militar luso para Conakry onde se junta a Amílcar Cabral para a Luta Armada de Libertação.

Já como militante e guerrilheiro do PAIGC, Tino, nome com que é vulgarmente conhecido, Lima Gomes beneficia de uma bolsa de estudos para a extensão de estudos para a arquitectura em Jugoslávia onde faz o curso de arquitectura.

Depois da independência, Alberto Lima Gomes ocupou os cargos de sub-comissário de

Estado das Obras Públicas, Construções e Urbanismo (24/09/73 a 15/03/77), comissário de Estado das Obras Públicas, Construções e Urbanismo (15/03/77 a 11/10/78; de 11/10/78 a 15/11/80; e de 17/11/80 a 14/02/81), ministro das Obras Públicas, Construções e Urbanismo (14/02/81 a 17/05/82), ministro da Energia e Indústria (17/05/82 a 17/07/84), secretário de Estado do Turismo e Artesanato (17/07/84 a 11/07/86 e de 17/07/86 a 19/07/89), secretário de Estado do Turismo (17/07/89 a 07/03/90), ministro das Obras Públicas Construções e Urbanismo (07/03/90 a 26/10/92) e finalmente ministro das Obras Públicas (26/10/92 a 24/11/94).

Alberto Lima Gomes era casado com a cidadã jugoslava, Milanka Lima Gomes, e deixou dois filhos.

O Jornal Nô Pintcha aproveita este momento para apresentar à família enlutada os seus sentidos pêsames.

Dilema africano: Pouca O

Os primeiros trinta anos de África com a industrialização e o cruzamento urbano acabaram em drama. O continente é menos estável e a sua população mais pobre, menos nutrida e sem saúde depois da independência. A situação é mais catastrófica relativamente a qualquer parte do mundo. As causas são múltiplas mas, a prioridade foi dada ao desenvolvimento da economia rural.

A África hoje dotada de um sector rural dinâmico (agricultura, agro-indústria e indústria conexas) tem sido o trampolim ao desenvolvimento urbano e a sua industrialização.

A África tem sempre estado -e resta hoje- uma sociedade rural e uma economia essencialmente baseada na agricultura. Um sector primário constituinte da principal fonte da receita nacional, mesmo nos países petrolíferos como Nigéria. Até a altura de conquistar a independência, a África subvencionava largamente as suas necessidades alimentares e figurava dentre os grandes produtores mundiais de óleo de palma, de algodão e do café. Ela cedeu a sua supremacia aos produtores de base da Malásia que eram produzidos no entanto mais do que o conjunto da África ocidental e controle de 75% do mercado mundial deste tipo de óleo. Entretanto, a Indonésia que produzia pouco café há vinte anos, exporta hoje mais do que cada um dos principais países produtores africanos a saber: Costa do Marfim e a Uganda. Ao inverso dos resultados em matéria de produção alimentar, a África tem revelada uma "performance" espectacular em termos de cruzada demográfica. O número de matadouros suplementares a sustentar, associados aos fenómenos da seca de diminuição da fertilidade do solo, de famintos seguidos da guerra, tem reduzido o continente a uma dependência permanente face a ajuda alimentar e a obrigação da compra de géneros alimentícios no estrangeiro com o dinheiro emprestado.

A concorrência dos produtos importados a baixo preço podem ser estimulantes.

Em muitos países da África, o arroz é proveniente da Ásia e vendido de 30/40% do custo à produção local, o que obriga os

agricultores africanos a abandonarem esta cultura. Em Burkina Faso o "blé" (um produto alimentar) é importado dos Estados Unidos (EU) e vendido a preço de 60 dólares por tonelada, ou seja, um preço inferior a um terço, quase o custo da produção e comercialização dos géneros locais de base, tais como milho sorgo.

A vantagem competitiva dos Estados Unidos reside na subvenção de 100 dólares por tonelada destinado a exportação à título da política agrícola comum. Incapaz de concorrer as importações estrangeiras subvencionadas, agricultura local tem sido desforçado como tentativa de autonomia alimentar.

Têm dito, não sem razão, que a África se especializa na cultura do que consome e que ela aumenta o consumo daquilo que não chega a produzir. Ela rejeita, entre outras, numerosas possibilidades de elevar um valor calculado na produção agrícola. Daí que outros lançam numa transformação que fornece o emprego, de uma parte, os benefícios aplicáveis de outra parte.

Um seminário internacional teve lugar em Arusha (Tanzânia) de 17 a 21 de Janeiro último para estudar e avaliar os problemas de desenvolvimento rural em África. Iniciativa organizada pelo Centro de Desenvolvimento Rural Integrado para África (CDRIA), Centro Técnico de Cooperação Agrícola rural (CTA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e Agência Técnica da Alemanha, GTZ. Os estudiosos e economistas africanos no primeiro plano têm sido muito directo nas suas discrições da situação ACTUAL, na sua maioria da

África subshariana. Endereçaram-se a um público vindo de quatro pontos do continente e o debate tem sido excepcionalmente aberto. Parecia que os estudiosos, os economistas e os responsáveis de planificação dos países africanos estão conscientes das medidas a tomar, mas os governantes têm a consciência que uma mudança de atitude face as suas populações rurais leva mais tempo?

AS IMPORTAÇÕES DA CARNE BOVINA SUBVENCIONADA

Um dos temas fortes do seminário tem sido apresentado pelo professor Samuel Nana Sinkan, eminente economista africano que comportou um certo número de estatísticas relativamente incomodas. Em 1991, a Comunidade Económica (CE) exportou 54.000 toneladas de carne bovina para a África do Oeste graças à importantes subvenções. Se este volume não representava uma ínfima proporção de stocks imensas de carne bovina comunitária (quase 3%), chegou a causar um desequilíbrio considerável sobre os mercados locais. Os criadores desta espécie de animais fizeram aparecer as suas manadas sobre terras frágeis em termos do meio ambiente onde confrontaram a concorrência directa de uma indústria europeia de carne largamente subvencionada com os resultados que podemos imaginar. As comunidades já empobrecidas foram caçadas pelo mercado e o comércio regional de retalhistas tem diminuído a um



► **CULTURA DO ARROZ NA MAURITANIA:** As importações a baixo preço provenientes da Ásia estrangulam a produção local.

► **criação de gado** devem fazer face as importações subvencionadas pelos países da Ásia.

terço. Os responsáveis de desenvolvimento dos Estados Unidos cheios de defeitos prejudiciais desta exportação de carne bovina nos projectos comunitários destinados a acreditar a capacidade da produção dos criadores de gado em questão. Aí está "um exemplo do tipo de autonomia quase salpicante entre a política de ajuda e a política comercial" declara o professor Sinkan. Acrescenta ele "um dos grandes problemas da ajuda ao desenvolvimento em África subshariana é de não ter sabido tocar os pobres".

A ajuda não chega para aqueles que realmente têm necessidade e sua ineficácia tem sido ligada a falta de vontade real dos governantes da aliada pobreza.

Durante muitos anos, os governantes têm adoptado lado a lado as suas populações rurais - com aprovação de países doadores - a atitude "daquelles que sabem melhor" os impõem em estratégias e projectos sem consultação ou sis-

temas de monopólio que pagassem pouco e muito mais tarde as recolhas não garantem auto-suficiência fiável de produtos químicos e outros factores de produção. Os preços pouco elevados de produtos alimentares favorece as populações urbanas e não incita aos agricultores rurais a produzir mais para o mercado repleto de "croissance".

Numerosas são os programas de desenvolvimento rural que foram subestimados em necessidades de modalidades comerciais que visam afastar esta eventual produção suplementar. O mau estado das estradas e o custo elevado dos transportes são, entre outros, factores de dissuasão para aqueles que aumentaram esta produção a favor do mercado urbano, se fossem certos que estes géneros chegassem em bom estado. Estes e outros agricultores são mais afectados pelo fraco preço da exportação. Outros são sem dúvida vindos a conservar suas margens, mas não para aqueles. Nada

lhes incita a investir p futuro e as repercussões a produção foram visíveis preços realistas, em particular naquilo que concerne as terras verdes, foram um anunciador de uma política de promoção de agricultura o aumento dos preços alimentares comporta um risco de reacção explosiva nas cidades numa estratégia severa e de ultrapassar.

Ora, o excesso aos resultados é sistematicamente dito. Em alguns países o direito fundamental das mulheres a possuir a terra decretada dentro da lei, a conceitos culturais e económicos as impedem de concretizar este direito. Sem saber o legal na propriedade "foram numa caixa económica produzem géneros alimentícios numa pequena escala, as mulheres têm dificuldade de acesso ao crédito institucional. Elas não têm meios e nem são motivadas a tomar medidas de conservação de solo ou plantar árvores que se tra-

Produção, pouco tempo

nosos, as "battoirs" as "tanne-ries", a leitaria, tem sido o fundamento da industrialização noutras regiões do mundo e podia ser em África. As aldeias e as (cidades-mercados) da Europa são os centros comerciais, assim sendo, um lugar de transformação de produtos agrícolas e de serviços como o transporte e construção mecânica: as máquinas não são de engenharia agrícola? O desenvolvimento de centros industriais rurais deste tipo permitiria oferecer não somente os serviços onde a agricultura nascente tem necessidades, mas igualmente de empregar a tempo preciso. Sendo uma alternativa na agricultura sem que as pessoas deixassem a aldeia e a segurança da família estendida. As pessoas que têm um trabalho local e que podem andar a pé ou de bicicleta, não seriam uma carga para os serviços metropolitanos se as ligações familiares e culturais fossem mantidas.

Os novos projectos de desenvolvimento rural deveriam cobrir de uma só vez agricultura, a agro-indústria, os outros, de cuidados de saúde, escolas, a educação de água e electrificação. Todos estes projectos deverão doravante envolver a participação das populações locais desde que a estada da planificação destes sejam posto obra e gestão. É a população local que cabe determinar suas necessidades e suas prioridades e convém encorajar desde princípio participação ao desenvolvimento do investimento e a gestão destes projectos, sendo o grupo, cooperativa ou comunidade.

Vários projectos baseados nas comunidades locais demonstraram doravante o bem-fundado desta proximidade a longo prazo. Os projectos lubrificadas pelo contrário que os países doadores, organismos internacionais e os Governos africanos são tradicionalmente favoráveis, tem sido geralmente alegado à "lehec".

Quando a ajuda financeira chega em "lehec", aparece sempre quem a lubrifica ou

implementa o incompatível - e a comunidade local o abandona. Um dos meios mais seguros pelos fornecedores da ajuda alimentar de maior impacto e positivo sobre a produção agrícola local seria o financiamento da compra local de géneros tão reduzidos que seja o volume, ao lado de regiões a forte produção e de colocar estas compras a disposição de regiões do mesmo país que conhecem a excedência alimentar.

Estas excedências alimentares localizadas ficam sempre sobre o lugar falso de um meio de transporte rentável para assegurar sua distribuição ou razão de um poder de compra muito baixo, em particular da parte do Governo central. Os doadores de ajuda alimentar podiam jogar um papel determinante na compra destas excedências e pondo-os a disposição dos esfomeados deste mesmo país. Este processo tem sido designado sob termo de (transacção triangular) e funciona com sucesso em certos países da SADC. Este tipo de projecto não per-

turba nunca a projecto local. Ao contrário tende a reforçar e gerar os recursos suplementares com objectivos de desenvolvimento. E - o que é mais importante ainda - contribue para evitar o espectáculo patético de (distribuição alimentar) e todos os efeitos psicológicos que eles estão sujeitos.

Os Governos nacionais podiam igualmente jogar um papel importante facilitando um sistema eficaz de comercialização para um investimento público e domínio porquanto críticos para além de infra-estruturas de estradas. Os negociantes podiam ser incitados a se operarem nas zonas rurais afastadas se beneficiassem de um acesso, ao crédito da função de contra-partida. Alguns políticos podiam ser instituídos com vista a favorecer a criação de associações de agricultores destinados a auto-suficiência alimentar entrando na comercialização da produção. Uma medida de salvaguarda poderia ser prevista para

impedir, por exemplo, as importações de géneros alimentares concernentes de "dumping". Tal procedimento contribuiria a proteger a produção nacional.

A África é confrontada por múltiplos problemas. As estatísticas demográficas alarmantes, a insuficiência da autonomia alimentar, taxas elevadas de mortalidade materno-infantil e uma má nutrição generalizada são, no entanto, elementos que contribuem para um sentimento de desespero. As mulheres africanas têm riscos por vezes superior de se alimentarem em períodos de parto em relação às mulheres americanas ou europeias. Seis milhões morrem antes de atingirem a idade de cinco anos e 50 milhões sofrem de má nutrição grave. Ora, a África possui imensos recursos materiais e humanos e sua população pode ter um potencial enorme.

Ela tem meios de sobreviver na adversidade e com incitação, ela é capaz de acreditar na sua produtividade.

Por ocasião da reunião de

Aruhsh, em que os estudiosos e economistas e responsáveis africanos de planificação foram perfeitamente conscientes da saída crítica deste continente e acreditaram nas decisões difíceis que tomaram. Uma economia próspera auto-alimentar para o renascimento e aparição de novos empresários. Um sector rural dinâmico é o fundamental sobre o qual pode se apoiar o desenvolvimento urbano. A África há pouco tempo, e não tem praticado desenvolvimento rural se impõe, mas não dará os resultados esperados sem atitudes dos políticos não mudarem. Vale, portanto, esperar que os "patões" africanos tomem consciência também que as decisões difíceis sejam por eles tomadas. Por culpa de quem, o drama será praticamente inevitável. Para tomar as palavras do ministro tanzano de agricultura, quando da sua alocução de abertura nesse seminário Internacional: "Ou agimos hoje ou deixamos morrer o nosso povo".

EGAL: Os criadores africanos des devido ao baixo preço ntes do norte.

culturas vivas (cacau, café, palmeiras) ou árvores que dão sombras ou combustível no quadro de sistema agro-florestal. Se as mulheres africanas podessem ter um real acesso a terra e ao crédito, suas contribuições seriam mais importantes na auto-suficiência alimentar e se notaria ainda consideravelmente. Dentre as mulheres, o bem-estar das suas crianças é a prioridade absoluta. Uma atenuação de salvaguarda masculina tradicional permitiria a adoptar as práticas de trabalho com vista a melhoria do solo-uma evolução que teria um incidente maior e positivo na auto-suficiência a longo prazo.

PROMOÇÃO DE AGRO-INDÚSTRIA

A transformação dos produtos alimentares representa para a maioria a pilagem de grãos oléogi-



► RECOLHA DE ALGODÃO NO BURQUINA FASSO: As mulheres assumem o essencial dos trabalhos agrícolas em África.

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e cinco de Abril do ano de mil novecentos e noventa e cinco, lavrada fora do Cartório e exarada de folhas sessenta e quatro e sessenta e sete verso, no livro de notas para escrituras diversas número cento e trinta e quatro A, os senhores **ANTÓNIO JOÃO OLIVEIRA ALVADIA**, casado, residente em Bissau, que igualmente outorga neste acto por si, e em nome e representação do senhor **JOSÉ PAULO LOBATO NUNES**, casado, residente em Bissau; constituem, entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO: A Sociedade adopta a denominação de **SEAG, LDA - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS, LIMITADA** e tem a sua sede em Bôr, Sector de Prábis, Região de Biombo,

podendo abrir filiais, sucursais, agências ou quaisquer outra forma de representação social no país ou fora dele, desde que convenha aos interesses da sociedade.

ARTIGO SEGUNDO: A duração da Sociedade é por tempo indeterminado e o seu início é a partir desta data.

ARTIGO TERCEIRO: A Sociedade tem por objectivo principal a produção e comercialização de aguardente e seus derivados, podendo ainda dedicar-se a outros ramos do Comércio e Indústria, em que os sócios acordem a permitidos por lei.

ARTIGO QUARTO: O capital social é de 50.000.000,00 PG

(CINQUENTA MILHÕES DE PESOS GUINEENSES) INTEGRALMENTE REALIZADO em dinheiro, e acha-se dividido e representado por duas quotas, sendo uma de valor nominal de trinta e sete milhões e quinhentos mil pesos guineenses, correspondente a setenta e cinco por

ANÚNCIO

Certidão

cento do capital social, pertencente ao sócio José Paulo Lobato Nunes, e outra no valor nominal de doze milhões e quinhentos mil pesos guineenses, correspondente a vinte e cinco por cento do capital social, pertencente ao sócio António João Oliveira Alvadia, respectivamente.

ARTIGO QUINTO: Um: Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos, mediante juros e nas condições que estipularem.

Dois: A Sociedade poderá por deliberação dos sócios adquirir acções, quotas e partes do capital social de outras empresas de qualquer ramo de actividade.

ARTIGO SEXTO: A ces-

são de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da Sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dela não quiser fazer uso.

ARTIGO SÉTIMO: No caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a Sociedade não se dissolve, continuando com os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito devendo aqueles nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se encontrar indivisa.

ARTIGO OITAVO: Um A Gerência da Sociedade bem como a sua representação em juízo ou fora dele, será exercida conjuntamente pelos dois

sócios.

Dois: A Sociedade obriga-se validamente em todos os seus actos e contratos com a assinatura dos dois gerentes.

Três: Os gerentes poderão delegar mesmo a pessoa estranha a Sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

Quatro: Fica vedado à gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, avales, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO NONO: A sociedade poderá mediante deliberação da Assembleia-Geral amortizar qualquer quota, nos seguintes casos:

- a) - Por acordo do respectivo titular;
- b) - Quando a quota tenha sido objecto de penhora ou arresto;
- c) - Em outras condições estabelecidas em Assembleia-Geral.

ARTIGO DÉCIMO: As

Assembleia-Gerais, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com pelo menos, quinze dias de antecedência.

ARTIGO ONZE: Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos a percentagem para o fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos especiais. Criados em Assembleia-Geral serão repartidos pelos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO DOZE: No omissio regularão as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais disposições legais aplicáveis.

ESTÁ CONFORME

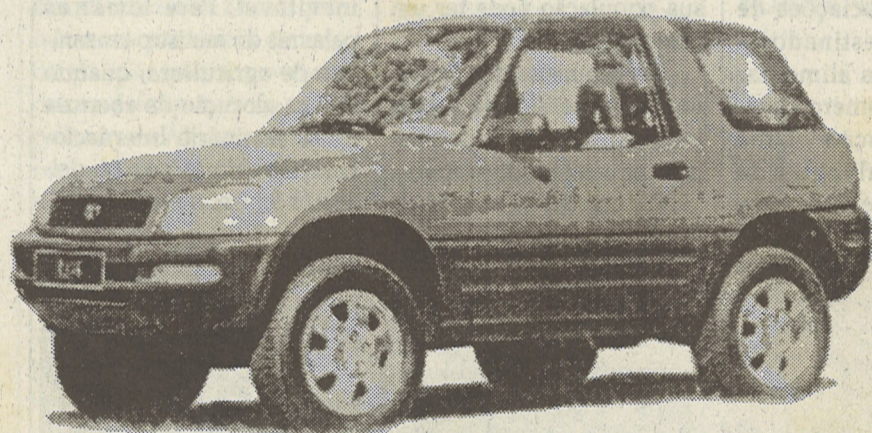
Cartório Notarial em Bissau, 26 de Abril de 1995.

Resalvo a emenda: "Alvadia".

PUBLICIDADE

STEIA, SA

RAV4



Importador e distribuidor oficial
da TOYOTA Japão para a Guiné-Bissau

Tel.: 20 13 47
Fax: 20 12 27



TOYOTA MOTOR CORPORATION

ANÚNCIO

Na sequência do Anúncio do Concurso Público sobre a Privatização de empresas Públicas, a Unidade de Gestão de Reforma das Empresas Públicas e Mistas (UGREP) comunica de que encontram-se à disposição os **CADERNOS DE ENCARGOS**, para a Privatização de Empresas de Capitais Públicos:

CUSTO DE AQUISIÇÃO:

SOCOTRAM (Bissau, Bafatá e Gambiel)	USD: 2.150.00
FOLBI	USD: 800.00
CMV	USD: 600.00

Os consultores e Técnicos nacionais e internacionais acompanharão visitas às instalações dessas empresas de 10 a 17 de Junho próximo.

A data limite de apresentação das propostas dos concorrentes é até ao dia 01 de Julho de 1995.

Unidade de Gestão da Reforma das Empresas Públicas e Mistas do Ministério das Finanças em Bissau, 15 de Maio de 1995.

César Luís Gomes Barbosa
Assessor Técnico do Gabinete de Ministro
e Administrador da UGREP

ANÚNCIO

Tribunal Judicial da Província do Leste-Bafatá

Pelo Cartório Judicial da Província do Leste, Sede em Bafatá, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última Publicação deste anúncio citando os Herdeiros desconhecidos do Réu António Agnelo Pereira Kresse de Carvalho falecido, para no prazo de DEZ DIAS posteriores ao termo do prazo dos éditos reclamarem na Acção de Reconhecimento do Direito da Propriedade movida por Sr. António Marques da Silva, casado, comerciante e residente nesta cidade de Bafatá.

Bafatá, aos Vinte e Oito dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e noventa e cinco.

O Juiz de Direito
Assinado: Dr. Augusto Quadé
O Escrivão de Direito
Assinado: Mamadú Baldé

O secretário de Estado dos Transportes e Comunicações presidiu, 18 do corrente, a cerimónia de relançamento do navio/motor de balizagem "Sambuia" que desde Dezembro do ano passado se encontrava nas docas da GUINAVE para reparação e manutenção.

Após mais de três meses nas docas Sambuia é relançado ao mar

Na altura Fernando Delfim da Silva reconheceu o impacto negativo que a paragem do navio originou tanto nos domínios do apoio técnico de sinalização e balizagem bem como no do transporte das pessoas.

Para este governante guineense a Direcção-Geral da Marinha e Portos possui quadros qualificados e capazes e prova disso é o rico trabalho efectuado no "Sambuia".

Delfim da Silva falou ainda da importância da economia portuária e marítima que tem contribuído cada vez mais para a melhoria das receitas do Estado.

Para o director-nacional da Marinha e Portos, o apoio



► FERNANDO DELFIM DA SILVA, usando de palavra na cerimónia de relançamento do Sambuia

que a Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações tem concedido a esse departamento é louvável o que demonstra que há todo um interesse no desenvolvimento do sector dos transportes marítimos e na melhoria das

condições portuárias.

Falando do "Sambuia", Mário Mendonça disse que se procedeu a reparação e manutenção do navio em duas componentes, sendo uma a reparação em si mesma e a outra substituição de peças no valor

de 45 mil FF o que garante o funcionamento do navio um período de cinco anos.

Mário Mendonça revelou que houve uma comparticipação de 50 por cento da GUIPORT para a execução dos trabalhos e anunciou que irá realizar juntamente com essa empresa estudos de dracagem bem como proceder a remoção de navios velhos no Porto de Bissau.

Entretanto, o capitão dos Portos da Guiné disse apostar seriamente no desenvolvimento da marinha mercante guineense apelando ao Governo para não se descurar com este sector que é de vital importância para a economia nacional.

Para Carlos da Silva a paragem do "Sambuia" acarretou vários prejuízos económicos a Direcção-Geral da

Marinha e Portos " mas era necessário proceder a sua reparação e manutenção com vista a dar ao navio mais tempo de vida.

O capitão dos Portos reconheceu, por outro lado, a capacidade dos quadros naci-

onais afirmando que "a Guiné-Bissau está dotada de quadros qualificados que já deram provas da sua capacidade e que neste momento podem trabalhar em qualquer tipo de barco seja de pesca, transporte, carga ou ainda petroleiros".

Carlos da Silva disse ter sido gasto para a reparação do navio balizador cerca de 20 mil dólares.

Entregue pela SOMEK em 1988, o navio Sambuia, agora com sete anos, tem por objectivo primordial o serviço de sinalização e balizagem das águas guineenses embora também seja utilizado no transporte de pessoas para as Ilhas Bijagós, aliás missão que deverá retomar dentro de duas semanas.



► O navio/motor de balizagem Sambuia após o seu relançamento

Dia Mundial das Telecomunicações

Guiné Telecom apostada na modernização

O Dia Mundial das Telecomunicações foi assinalado à 17 de Maio, em Bissau, nas instalações do centro das telecomunicações da Guiné Telecom, num acto singelo que juntou cerca de cinquenta trabalhadores da empresa inclusive o presidente do Silcotel.

acto cingiu o seu improviso nos planos da empresa que visam abrir-se ao mundo através de uma oferta melhor e alargamento do seu eixo a nível do país e da sub-região.

O Administrador-Delegado da Guiné-Telecom destacou a notabilidade e o empenho dos trabalhadores da empresa no domínio das telecomunicações no plano interno e externo, cujos efeitos multiplicadores já se fizeram sentir, para depois considerar a data de singular importância para o país.

"Hoje é um dia importante para nós, ainda que o desempenho da empresa no domínio das telecomunicações seja muito encorajador. Isto constitui orgulho para os que labutam neste sector" - disse acrescentando porém que não tem sido tarefa fácil, "para isso devemos estar bem preparados para os desafios que nos esperam".

Igualmente referiu-se ao espírito que animou as negoci-



► A mesa que presidiu a cerimónia de dia mundial das Telecomunicações

ações com o sindicato, os quais considerou "benéficas" para os trabalhadores em particular, tendo assumido o compromisso de continuar pautar a sua acção na mesma linha não obstante os factores de ordem interna e externa.

Segundo o Administrador da empresa, a modernização

da artéria leste e sul dentro do território nacional, digitalização das cidades de Gabú, Bafatá passando por Mansoa; continuação do projecto Gabú-Brá e o prolongamento da artéria internacional constitui as grandes apostas da empresa para os próximos anos. Com efeito, os referidos

projectos terão (mediante negociações) com parceiros, o Banco Europeu de Investimento e BAD, com quem mantém tradicionais laços de cooperação em matéria das telecomunicações.

Por seu turno, o director de Planeamento e Relações Internacionais da Guiné-Tele-

com apresentou um panorama do que foi o empenho da empresa na arena internacional, no quadro panafricano e da CEDEAO, visando a capacitação dos quadros e influência de tomadas de posições.

Engº Isidoro Lopes Rodrigues Júnior, no uso da palavra, fez um comentário a volta fazendo amostra da dinâmica de empresa, tendo realçado o lema proposto para as comemorações: Telecomunicações ao Serviço do Ambiente.

Para além de mostrar o papel das telecomunicações na gestão e conservação do ambiente, aproveitou a ocasião para sensibilizar os participantes e apelar a opinião pública para uma reflexão profunda e tomada de consciência sobre o impacto e a importância do equilíbrio do ambiente numa sociedade como a nossa.

Cáudio Maurício

Foi a ocasião para o Administrador da Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, SARL iniciar encontros informais com as estruturas intermédias e do sindicato sobre a situação da empresa.

O Engº João Nobre Mendes Cortesão que presidiu o

CENTRE REGIONAL AGRHYMET

AVIS DE VACANCE DE POSTE

Le Centre Régional AGRHYMET (NIAMEY, Niger) recrute un expert spécialiste de l'agrométéorologie selon les conditions suivantes:

Titre du poste

EXPERT AGROMETEOROLOGISTE SPECIALISTE EN COLLECTE ET GESTION DE BANQUES DE DONNES AGRICOLES

Fonctions

Au sein de l'équipe pluridisciplinaire de l'Unité Agrométéorologie, l'expert sera chargé de:

- rassembler ou élaborer des données historiques des statistiques agricoles au niveau de l'arrondissement ou du département et assurer la gestion des banques des données ainsi constituées;
- collecter et traiter les données relatives à l'occupation des sols, aux productions agricoles, aux systèmes de culture pour évaluer et valider les modèles de prévision des productions agricoles et pour le suivi de la campagne.

Formation et titres

Ingénieur agronome ou équivalent avec spécialisation en agrométéorologie.

DEA et doctorat souhaités et pris en considération

Expériences

Expérience de terrain d'au moins 5 ans au sein d'un service agrométéorologique.

Bonne expérience de l'application des outils informatiques et des logiciels pour l'archivage et le traitement des données.

Aptitude au travail en équipe pour entretenir de bons contacts avec les services agricoles et agrométéorologiques nationaux et pour collaborer avec le groupe pluridisciplinaire du Centre.

Très bonne connaissance du français ou de l'anglais indispensable; bonne pratique de l'une ou (l'autre, parler) nécessaire.

Conditions de candidature et d'emploi

- Entre de nationalité d'un Etat membre du CILSS
- Entre âgé de 50 ans au plus
- Contrat à durée déterminée de 3 ans dont 3 mois d'essai
- Lieu d'affectation: Centre Régional AGRHYMET, NIAMEY

Dossier de candidature

- un acte de candidature manuscrit
- un curriculum vitae détaillé
- une copie des certificats de travail des emplois antérieurs
- une copie certifiée conforme des titres et diplômes
- un extrait d'acte de naissance ou de jugement supplétif en tenant lieu
- un extrait du casier judiciaire datant de moins de trois mois
- les noms et adresses de trois personnes autres les employeurs antérieurs, qui connaissent le candidat

Date limite de dépôt des candidatures

Les dossiers de candidature doivent être déposés au plus tard le 15 mai 1995 et adressées à:

Directeur Général du
Centre Régional AGRHYMET
B.P. 11011 NIAMEY NIGER
Tél. + 227-73.31.16
Fax. +227-73.24.35

CENTRE REGIONAL AGRHYMET

AVIS DE VACANCE DE POSTE

Le Centre Régional AGRHYMET (NIAMEY, Niger) recrute un expert spécialiste du suivi agricole et pastoral selon les conditions suivantes:

Titre du poste

EXPERT AGRONOME SPECIALISTE EN SUIVI AGRICOLE ET PASTORAL

Fonctions

Au sein de l'équipe pluridisciplinaire de l'Unité Ressources naturelles l'expert sera chargé de:

- mettre au point des méthodologies pour le suivi agricole et pastoral;
- collecter et traiter les données relatives à l'élevage, aux ressources pastorales et aux productions de biomasses fourragères, pour évaluer et valider les modèles de prévision des productions fourragères ou les indicateurs de risque.

Formation et titres

- Ingénieur agronome ou équivalent avec spécialisation en zootechnie ou en agro-pastoralisme.

- DEA et doctorat souhaités et pris en considération.

Expériences

- Expérience de terrain d'au moins 5 ans au sein d'un service ou de projet d'élevage.

- Bonne connaissance en traitement d'images satellitaires NOAA
- Bonne expérience de l'application des outils informatiques et des logiciels pour l'archivage et le traitement des données.

- Aptitude au travail en équipe pour entretenir de bons contacts avec les services agricoles et agrométéorologiques nationaux et pour collaborer avec le groupe pluridisciplinaire du Centre.

- Très bonne connaissance du français ou de l'anglais indispensable; bonne pratique de l'une ou l'autre (lecture, parler) nécessaire.

Conditions de candidature et d'emploi

- Etre de nationalité d'un Etat membre du CILSS
- Etre âgé de 50 ans au plus
- Contrat à durée déterminée de 3 ans dont 3 mois d'essai
- Lieu d'affectation: Centre Regional AGRHYMET, NIAMEY

Dossier de candidature

- un acte de candidature manuscrit
- un curriculum vitae détaillé
- une copie des certificats de travail des emplois antérieurs
- une copie certifiée conforme des titres et diplômes
- un extrait d'acte de naissance ou de jugement supplétif en tenant lieu
- un extrait du casier judiciaire datant de moins de trois mois
- les noms et adresses de trois personnes autres les employeurs antérieurs, qui connaissent le candidat

Date limite de dépôt des candidatures

Les dossiers de candidature doivent être déposés au plus tard le 15 mai 1995 et adressées à:

Directeur Général du
Centre Régional AGRHYMET
B. P. 11011 NIAMEY NIGER
Tél. + 227-73.31.16
Fax. +227-73.24.35

Decorreu de 21 a 29 de Abril findo, em Niamey, capital do Niger, a luta tradicional africana em que o país se fez representar, graças ao Ministério da Cooperação Francesa que custeou todas as despesas dos nossos atletas.

Pela primeira vez a Guiné-Bissau detém uma posição favorável na alta competição, nessa modalidade, obtendo duas medalhas de prata. Nunca se pode esconder o grande esforço dos nossos atletas que, privados de certos meios foram capazes de demonstrar pelo que valem e M'Pal Mutcha é um exemplo.

M'PAL MUTCHA: O GRANDE

M'Pal Mutcha não se lembra do seu primeiro combate. Longe das suas recordações vê no seu contacto corpo a corpo, associado com as crianças da Campada, sua tabanca natal, e os adversários que engoliam a poeira. Para um balanta (nome de uma etnia do Norte da Guiné-Bissau), lutar faz parte da sua vida. As actividades lúdicas acompanham cada acontecimento da sua vida, nascimento, colheita, casamento e choro. A regra é simples: fazer tocar a nuca do adversário ao chão. Ela gera uma arte complicada, exigindo força e flexibilidade.

O jovem Mutcha nascido,

Luta tradicional Guiné-Bissau presente



► Acto de desfile de lutadores de vários países

segundo o seu passaporte, no ano 1973, muito cedo, parecia que era o mais forte. Com um a altura de 1.90m e 100kg de peso, impõe o respeito. A sua agilidade lhe permitia bater os mais velhos, os mais fortes e pesados do que ele.

Mau agrado, a sua estrutura, sua aparência, ventre potente, aparecia debaixo do adversário e carregando-o para o ar. Nunca foi a escola, mas aprendeu sempre a lutar.

Desde a infância, nunca deixou de desafiar os adversários da sua altura e peso. Em qualquer cerimónia que se anunciasse, o jovem atleta fazia sempre os seus prepara-



► A contar da esquerda para a direita M'Pal Mutcha, Bô Cudum, Numo Cissé, Marcelino Guadé, Talata Embaló (Kompé)

tivos, e a mãe tinha a quota parte da vitória do filho através das cerimónias.

Fazia-se sempre acompanhar de um enorme cortejo andando quilómetros. A sua fama se estendeu à toda Região de Oio.

Em 1988, com quinze anos conquistou o seu primeiro título nacional e repetia-se por cada ano. Tornou-se a personagem mais célebre em todo o país. Os combates congregam multidão de pessoas e nunca aceita receber prenda em dinheiro. A novidade ultra-

passou as fronteiras em 1990. Viajou para Abidjan, capital da Costa do Marfim, e ficou em segundo lugar num torneio realizado aí. A má recordação teve lugar nas meias finais em que fracturou o braço do seu adversário nigeriano e ficou desclassificado apesar da vitória.

Em 1993 obteve uma medalha de ouro em Dakar e brilhou ainda no Cairo (Egipto) em 1994. No mesmo ano, nos jogos da Francofonia, em Paris arrebatou o quinto lugar.

Em 1995 participou num estágio de preparação para os primeiros campeonatos de África na modalidade.

Recorde-se que, para os VI Jogos Africanos de Harare (Zimbabué) a ter lugar de 13 a 25 de Setembro próximo, a Guiné-Bissau estará presente.

RESULTADOS

Por Equipas:

- 1º Niger
- 2º Camarões
- 3º Guiné-Bissau
- 4º Marocos

INDIVIDUAIS

- 65Kg. 1º Burkina-Faso
- 2º Camarões
- 75 Kg- 1º lugar Niger
- 2º " Camarões
- 85Kg 1º " Niger
- 2º " Camarões
- 100Kg1º Lugar Niger
- 2º " Guiné-Bissau (Bô Cudum)
- +100Kg 1º Lugar - Niger
- 2º " Guiné-Bissau (M'Pal Mutcha).

Quem acompanhou os nossos lutadores para o Niger foi o conselheiro-técnico sr. Jumel Reynald (francês).

A Embaixada do Brasil reage esclarecendo através de uma nota enviada à nossa redacção contra o que tinha sido publicado na edição de 28/04/95 sobre a ausência do seu país nos II Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa.

Eis o conteúdo da carta na íntegra.

Ao ler a matéria "II Jogos da Lusofonia decorrem em Bissau", publicada na edição de 28 de Abril desse periódico e assinado por Fernando Saldanha, deparei-me com a afirmação "Saliente-se que os grandes ausentes nestes jogos são Brasil e Portugal, que alegam a existência no nosso país da epidemia de miningite, informação que

indignou todos os guineenses por não corresponder à verdade, se tivermos em conta que no passado dia 22 o representante da OMS afirmara não existir no país qualquer caso da referida doença."

2. No tocante ao Brasil, venho opor veemente desmentido à afirmação leviana do jornalista. Vamos aos fatos:

a) Em Novembro de 1994, fui informado pelo então Director-Geral do Desporto de que os II Jogos seriam adiados para o I Semestre de 1995, pois, como era de conhecimento geral, gras-

sava então uma epidemia de cólera no país. Solicitei à referida autoridade que me mantivesse a par do desenvolvimento do assunto.

b) Nos meses que se sucederam, nada chegou a meu conhecimento e mudaram as autoridades responsáveis pelo Desporto, tanto na Guiné-Bissau quanto no Brasil.

c) Em princípios de Abril, ouvi rumores no sentido de que os II Jogos se realizariam de 23 a 30 daquele mês.

Como continuava sem notícias a respeito, e uma

vez que o Comité Executivo dos Jogos estava a cargo de Portugal, entrei em contacto com autoridades portuguesas e vim a saber existir uma tendência de propor o adiamento dos mesmos.

d) Finalmente, fui convidado pelo senhor secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desporto para uma conversa que se realizou no dia 20 de abril, quando me informou da proposta portuguesa de adiamento e da disposição da Guiné-Bissau em manter a data, pedindo minha opinião a respeito.

Respondi-lhe que, sendo

esse o primeiro contato de uma autoridade guineense comigo desde Novembro, pensava ser muito difícil assegurar a participação de meu país, a não ser que tivessem ocorrido entendimentos diretos com as autoridades desportivas brasileiras sem meu conhecimento. A razão prendia-se a problemas logísticos, principalmente no tocante ao preparo dos atletas e o seu transporte entre o Brasil e Bissau, pois estávamos a escassos três dias do início do certame. Acrescentei que, de qualquer forma, iria levar o assunto ao conhecimento imediato do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

e em nenhum momento mencionei qualquer problema sanitário como impeditivo da nossa vinda. Ao fim do encontro, ficamos de manter um canal de comunicação aberta, para evitar novos desencontros.

e) Como previ, infelizmente a presença brasileira não foi possível, mas espero que no futuro haja entendimentos tempestivos que permitam a presença de atletas brasileiros na Guiné-Bissau.

3. Os esclarecimentos acima poderiam ter sido prestados ao jornalista caso ele tivesse entrado em contato comigo antes de escrever o artigo.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe os protestos de minha perfeita estima e consideração.

Marcelo Didier
Embaixador do Brasil

Ainda sobre a Lusofonia Embaixada do Brasil esclarece

O Conselho Sectorial do Ambiente do Sector de Cubucaré foi empossado formalmente no dia 9 do corrente, numa cerimónia presidida pelo Presidente da República.

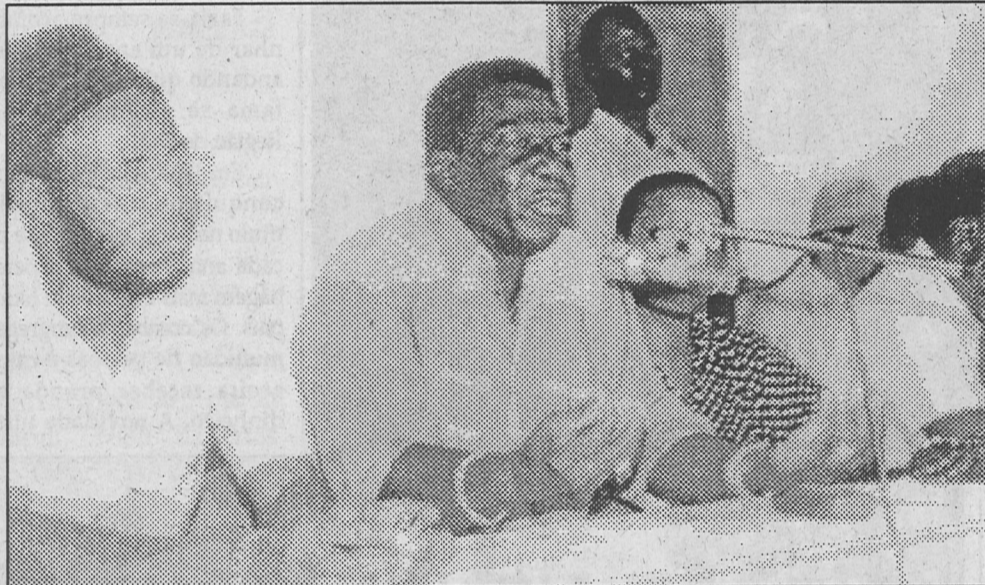
João Bernardo Vieira que é igualmente presidente do Conselho Nacional do Ambiente (CNA), alegrou-se com esta iniciativa destacando as importantes acções a serem implementadas por este órgão tendo recordado algumas iniciativas tomadas neste sector ao serviço do povo e seu bem-estar durante a Luta de Libertação Nacional.

Falando perante os populares na povoação de Lemberém (palco central), o estadista guineense referiu-se as queimadas e às práticas nocivas do ecossistema realçando a necessidade da "gestão durável dos recursos".

"Durante a Luta de Libertação Nacional sempre vos dizia que não deviam destruir (arbitrariamente) as matas. Mas viram sua utilidade," interiorizou o Presidente da República.

Bernardo Vieira sublinhou a importância do poder tradicional (Regulado) como complemento de acções do Governo na

PR preside cerimónia de criação do Conselho Sectorial do Ambiente de Cubucaré



► NINO VIEIRA discursando em Cubucaré na cerimónia de criação do Conselho Sectorial do Ambiente.

perspectiva de desenvolvimento sustentado que se pretende para o país, sob pena de "arrastá-lo ao deserto" venceu.

O primeiro mandatário da Nação que era acompanhado pela esposa, pelo embaixador dos EUA, director-geral de Estradas e Pontes e outras individualidades, fez questão de sensibilizar os populares sobre a

problemática da preservação e conservação da natureza como é o caso de outros países que lutam pelo desenvolvimento e progresso, bem como ao cumprimento das leis e a unidade nacional. Para o efeito, responsabilizou as populações ao combate aos efeitos destruidores da natureza cujo impacto negativo contribui para a degradação do

Ambiente. "Nino" Vieira aproveitou a oportunidade para desmistificar os rumores lançados recentemente contra ele, quando inaugurou uma Mesquita em "Sintchã Sã-Mansata," alegando que levou dois sacos de dinheiro para o superior da referida Mesquita, Aladje Alfa Umaro, e disse que desconhece o carro

que transportou e como foi descarregado e em que Banco teria sido levantado.

Durante a visita, o Presidente da República inaugurou uma canoa construída pela Associação de Fruticultores de Cubucaré (AFC) num valor estimado em 45 milhões de pesos.

Denominada "DONCA" (nome dum Hospital da vizinha República da Guiné) em que os combatentes do PAIGC durante a Luta de Libertação Nacional, recebiam assistência médica.

Com uma capacidade para 3 toneladas, tem 13 metros de comprimento, um de profundidade e a largura de 1,80 metros.

Constituída com a finalidade de facilitar a evacuação de doentes daquela área para a cidade de Catió e também para transporte de passageiros e cargas com vista a recuperação de custos e garantir a sua manutenção.

Por seu turno, o secretário-executivo do (CNA), Rui Ribeiro, destacou a importância de criação do Conselho Sectorial de

Ambiente para o mundo rural, como forma de apoiar o Governo no cumprimento das suas actividades e, apelando simultaneamente à participação da população local na materialização dos objectivos traçados.

Enquanto isso, Idrissa Dabó, presidente da Federação de Associação de Camponeses de Cubucaré (FEDACC), reafirma o empenho das populações enquadradas nas diferentes associações com vista a efectivação dos planos do CNA e contribuir para o desenvolvimento integrado do Sector de Cubucaré, área de difícil acesso.

CONSELHO SECTORIAL DE AMBIENTE

É um órgão fundado a 9 de corrente, presidido por 4 régulos e que têm um mandato rotativo de 6 meses cada. Esses 4 presidentes fazem parte da mesa da Assembleia que é o órgão máximo do Conselho.

Sendo este formado por 120 elementos que engloba as ONG's locais, chefes das tabancas, as associações de tabanca e a administração local.

O Conselho Sectorial de Ambiente de Cubucaré, surgiu na sequência de reduzido apoio do Governo aos nossos camponeses no desenvolvimento das suas regiões.

Texto e Foto: Agostinho Pereira (Apego)

O secretário de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato, Cipriano Cassamá, ao regressar de Portugal onde tinha efectuado uma visita de contactos e de trabalho de 8 a 14 do corrente, concedeu-nos uma entrevista em jeito de balanço da sua deslocação.

Sem papas na língua o governante guineense afirma que a visita ultrapassou todas as expectativas. Em termos de balanço posso vos assegurar que a viagem foi bastante positiva", manifesta. Cipriano Cassamá que no termo da sua visita rubricou juntamente com o seu homólogo português, Alexandre Relvas, o comunicado conjunto com seis pontos de princípios além de uma lista de intenções. A Secretaria de Estado do Turismo de Portugal compromete-se a cooperar com a sua congénere guineense em iniciativas conducentes à actualização e implementação de uma política turística definida pela SETAA. Esta mesma instituição manterá contactos com entida-

Guiné -Bissau beneficia de uma escola de Turismo



► CIPRIANO CASSAMA O "barman" guineense necessita de superação

des públicas e privadas lusitanas com vista a apoiar e desenvolver acções que visam o real desenvolvimento da indústria turística guineense.

É o Turismo português, ainda, que facilitará ou melhor possibilitará através dos seus serviços competentes a implementação de actividades relativas à promoção turística da

Guiné-Bissau, junto do mercado lusitano bem como a formação de quadros nacionais para o sector, apoio institucional, elaboração da legislação, inventariação do património histórico português e guineense em prol do desenvolvimento do turismo nacional.

A SETAA assume ser responsável pela garantia e integridade de todas as acções que venham a ser desenvolvidas dentro de um quadro legal por entidades públicas ou privadas portuguesas no território nacional. No final da visita Cipriano Cassamá formulou convite ao seu homólogo português para visitar Guiné-Bissau, convite esse aceite e a data será marcada posteriormente por vias diplomáticas.

Cipriano Cassamá associa-se às pessoas que afirmam que o "barman" guineense necessita de superação, sobretudo, no capítulo de atendimentos. A transformação do hotel Baluar-

te de Cacheu numa escola turística vem responder essa preocupação. "Não há normas, modos, nas nossas casas de pastos! É preciso saber como servir um cliente", o conselho de Cipriano Cassamá dado indirectamente aos donos dos bares, pensões e hotéis.

VITÓRIA SOBRE LIXO

Cipriano Cassamá considera a Campanha "Bissau cidade Limpa e Bonita", uma verdadeira vitória na evacuação de lixo. "Nos 15 dias que a remoção de lixos decorreu, na capital, mais de 600 toneladas de resíduos foram evacuados das nossas casas e ruas dando assim Bissau uma outra cara. Agora, a Câmara Municipal de Bissau tem que assumir a sua responsabilidade removendo regularmente os lixos que se acumulam um pouco por todos os lados. O secretário de Estado foi ainda mais longe ao exigir à CMB a aplicação do Código de Postura para melhor disciplinar os serviços de saneamento.

Para este governante até não faltam alternativas para se manter ininterruptamente Bissau limpa: o uso de sacos plásticos, a sensibilização dos cidadãos e a CMB deve mudar a sua filosofia em relação à remoção de lixos.

Abduramane Djaló

COMUNICADO

No quadro das Comemorações do dia Mundial da População, 11 de Julho de 1995, inserido no programa comemorativo do 50º aniversário das Nações Unidas e nas actividades preparatórias da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher que terá lugar em Beijing em Setembro deste ano, o Fundo das Nações Unidas para a População, FNUAP, organiza a nível nacional e internacional um concurso de desenho, subordinado ao tema: "A IGUALDADE DA MULHER, GARANTIA DUMA SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS DE POPULAÇÃO".

O concurso abrange 5 faixas etárias, compreendidas como segue:

- De 6 a 8 anos
- De 9 a 12 anos
- De 13 a 15 anos
- De 16 a 18 anos
- e mais de 18 anos

Para mais informações, contactar: Representação do FNUAP em Bissau Rua Victorino Costa ou Projecto Educação para a vida Familiar e em Matéria de População - INDE ou ainda Projecto Unidade de População na Secretaria de Estado do Plano.

O departamento de Estado norte-americano desmentiu declarações atribuídas ao seu secretário para os Assuntos Africanos, George Moose, segundo as quais Washington e "numerosos outros Governos" estariam a estudar a criação de uma "Hutulândia" e de uma "Tutsilândia" para substituir os actuais Rwanda e Burundi.

Apesar do desmentido, a ideia parece ter defensores, nomeadamente o Presidente queniano Daniel Arap Moi, que, num discurso pronunciado em Embu, referiu a separação de Hutus e Tutsis como a maneira de resolver os conflitos no Rwanda e no Burundi, "no âmbito de um reordenamento regional". Uma solução "iconoclasta e perigosa", como já foi qualificada por um diplomata ocidental citado pela France-Presse, que subverte o princípio da intangibilidade das fronteiras africanas herdadas do colonialismo e que, a concretizar-se, poderia lançar o caos em todo o continente.

A criação de uma "Hutulândia" e de uma "Tutsilândia" separadas não é totalmente nova, mas até agora

Quênia defende "Hutulândia" e Tutsilândia para Rwanda e Burundi

A ideia perigosa de Moi



► Uma criança entre os sobreviventes do massacre de 1994 que assistem a uma cerimónia religiosa. Para não esquecer os mortos

era apenas defendida por extremistas das duas etnias.

Muitos diplomatas na região reconhecem terem admitido por vezes a divisão a dos dois países entre Hutus

e Tutsis como "uma hipótese de trabalho", mas acrescentam, de imediato, que não ousariam falar disso publicamente, dado o carácter perigoso da ideia.

"Teria de se redesenhar todo o continente se se concretizasse essa divisão e isso poria a ferro e fogo", considerava um diplomata ocidental em Nairobi.

A tentativa de redefinir fronteiras não é nova e o próprio Quênia teve de se opor, com êxito, à criação da "Grande Somália", que lhe teria amputado uma parte do

seu território no Nordeste.

No entanto, os tempos mudaram, e as declarações do Presidente Moi parecem acompanhar a evolução registada na África oriental, onde o princípio da intangibilidade das fronteiras foi posto em causa, dando uma nova acuidade aos problemas étnicos.

Há dois anos, a Eritreia tornou-se no 52º Estado africano, após 30 anos de guerra separatista contra a Etiópia. E o Presidente etíope, Meles Zenawi, fez aprovar uma nova Constituição para o país em que reconhece o direito à secessão das etnias que o constituem e que sempre tiveram problemas de coabitação.

Próximos de Arap Moi defendem a transformação do Quênia num Estado federal numa base étnica.

Moi e o seu homólogo ugandês, Yoweri Museveni, estão convencidos de que a democratização imposta pelo Ocidente vai lançar os seus países em confrontos étnicos semelhantes aos registados actualmente no Rwanda e no Burundi, resultantes, segundo eles, de uma democratização precipitada.

A criação de uma "Hutulândia" e de uma "Tutsilândia" para resolver o conflito étnico no Ruanda parece ganhar adeptos. Uma ideia perigosa que, a concretizar-se levaria a caos a África.

A pobreza é a doença mais mortífera do mundo. O veredicto é de um relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde. A devastação traduz-se em números da ordem dos milhares de milhões, mas a OMS não desiste de apelar aos países ricos. A principal causa de morte e a maior fonte de sofrimentos no mundo é a pobreza. Dados e conclusões constam do relatório da OMS sobre a saúde em 1995, divulgado em Genebra. Segundo o documento, dois mil milhões de pessoas - de uma população mundial de cinco mil milhões - são doentes, enquanto as mortes "evitáveis" se cifram em vários milhões. Só no ano passado, 51 milhões de pessoas morreram de doença em todo o mundo.

Ao apresentar o documento na 48ª Assembleia Mundial de Saúde, que está a decorrer na capital suíça, o secretário-geral da organização especializada das Nações Unidas, Hiroshi Nakaji-

Relatório da OMS para 1995 divulgado em Genebra

Pobreza: a pior das doenças

ma, convidou a comunidade internacional a apoiar politicamente as medidas preconizadas pela organização para combater as desigualdades crescentes entre ricos e pobres no domínio da

saúde.

Entre as quatro grandes prioridades estabelecidas pela OMS estão uma melhor distribuição dos recursos mundiais destinados à saúde, reorientando-os para

aqueles que mais precisam, o combate à pobreza, uma política de saúde primária integrada e intersectorial e o reforço das capacidades nacionais em matéria de socorros urgentes e ajuda

humanitária.

"É preciso fazer face às disparidades que se agravam, não apenas entre ricos e pobres, mas também entre os pobres e os mais pobres, que não têm ac-

Os números-chave do relatório da OMS divulgado em Genebra permitem analisar a situação da saúde no mundo. Aqui ficam alguns deles:

- A população mundial é de 5,6 mil milhões, dos quais 4,4 vivem nos países em desenvolvimento.

- Vinte por cento da humanidade vive em situação de pobreza extrema, com uma esperança de vida situada nos 43 anos, contra 70 anos para países (Japão, França, EUA, Costa Rica e Grã-Bretanha).

- Doze milhões de crianças com menos de cinco anos morrem por ano nos países em desenvolvimento (o que representa uma morte em cada oito segundos), dos quais um terço por infecções respiratórias agudas.

- Três milhões dessas crianças morrem de diarreia, 1,2 milhões de sarampo, um

Números da morte no mundo

Fome, Cancro e SIDA

milhão de paludismo e 500 mil recém-nascidos de tétano neonatal.

- Treze milhões de adultos estão neste momento infectados pelos vírus da SIDA, crescendo esse número à razão de seis mil novos infectados por dia. As estimativas apontam para 40 milhões de pessoas infectadas pelo HIV no ano 2000, das quais mais de cinco milhões serão crianças. Antes do final do século, a pandemia terá feito ao todo mais de oito milhões de mortos e dez milhões de órfãos.

- A vacinação baixou de 3,7 milhões para 2,7 milhões, em dez anos, as mortes por doenças contra as quais existe vacina.

- Metade das pessoas que fumam desde a adolescência morre de tabagismo, actualmente à razão de seis mortes por minuto.

- Dos 51 milhões de óbitos por doença registados no ano passado, metade deve-se a doenças transmissíveis.

- As doenças infecciosas foram responsáveis por 16,4 milhões de mortes, as doenças circulatórias por dez

milhões e o cancro por seis milhões, dos quais um milhão de cancro dos pulmões ou das vias respiratórias.

- O cancro da mama é a primeira causa de morte nas mulheres dos países desenvolvidos e a segunda nos países em desenvolvimento, depois do cancro do colo do útero.

- O risco de mortalidade é 13,5 vezes mais elevado em África do que na Europa.

- Vinte milhões de abortos provocam 70 mil mortos recenseados por ano.

- Registam-se sete mil mortes por tuberculose todos os dias e dez mil novos casos são declarados por hora.

- A hepatite B, evitável por vacina, provoca um milhão de mortos por ano.

- Quinhentos milhões de pessoas sofrem de problemas neuróticos e 200 milhões estão cronicamente deprimidos.

so a quaisquer cuidados de saúde", sublinha Nakajima na sua introdução ao relatório.

FALTA DE EMPENHAMENTO CONTRA A POBREZA

O secretário-geral da OMS sublinha ainda certos países "não podem atribuir à saúde mais do que quatro dólares por ano e por habitante", uma quantia menor do que aquela que as pessoas, em média, trazem todos os dias consigo, nos países desenvolvidos.

Para o "indispensável combate à pobreza existem os meios, mas faltam os empenhamentos e os compromissos", garante Hiroshi Nakajima, prevendo que se nada se alterar no curso dos acontecimentos, "o mundo pode vir a ser ensombrado por uma catástrofe sanitária", susceptível de pôr em causa os progressos realizados no sector da saúde durante as últimas décadas.

Dos 51 milhões de mortos por doença registados no ano passado em todo o mundo, 16,4 milhões morreram de doenças infecciosas, dez milhões de afecções de natureza circulatória, seis milhões de cancros, 2,7 milhões de tuberculose e dois milhões de paludismo. As restantes doenças mais mortíferas foram a cardiopatia isquémica (4,3 milhões), as infecções agudas das vias respiratórias (4,1 milhões de crianças de idade inferior a cinco anos) e a diarreia, que matou três milhões de crianças, com menos de cinco anos também.

"A liberdade de expressão e de informação constituem a pedra angular da nossa democracia e um pressuposto fundamental para o desenvolvimento", afirmou no passado 12 do corrente o titular da pasta da Comunicação Social e Assuntos Parlamentares no acto de abertura do seminário sobre o "Planeamento da Divulgação Institucional", a decorrer no Centro de Formação Administrativa (CENFA).

Organizado conjuntamente pelo Projecto de Apoio ao Comércio e Investimento (TIPS) e a Rádio Televisão da Guiné-Bissau (RTGB), o evento destinado particularmente aos gestores da informação foi considerado pelo ministro Hélder Proença como

Organizado pelo TIPS/ RTGB Decorre em Bissau um seminário sobre o planeamento da divulgação institucional

uma iniciativa que vem enquadrar-se na preocupação do Governo de continuar a promover uma informação objectiva, isenta e pluralista como única forma de assegurar aos diferentes segmentos sociais, políticos e económicos da Guiné-Bissau, os instrumentos necessários a participação efectiva na promoção do desenvolvimento, na consolidação das instituições e da edificação do Estado Democrático primado do direito.

O seminário que tem ainda como objectivo contribuir de forma ampla para o desenvolvimento económico e social do país, criando canais de comuni-

cação entre o sector de trabalho e todos os segmentos sociais é visto pelo primeiro responsável pelo pelouro da Comunicação Social guineense como uma iniciativa feliz, num momento em que "a circulação da informação institucional adquiriu uma particular importância visto que é através de uma gestão da informação é que se consegue facilitar as interações, interações e sinergias necessárias entre as diversas instituições.

Ao falar das liberdades e garantias fundamentais dos profissionais da informação, o ministro Proença afirmou que "na administração pública existe

uma Lei de Imprensa que delimita os parâmetros dentro dos quais evolui a liberdade de informação, e que as únicas limitações estão ligadas a segurança interna, a reserva da indetidade das pessoas e ao inquérito judicial.

Ainda na abertura dos trabalhos do seminário a decorrer até o dia 27 do corrente sob a orientação de uma especialista na área, a professora universitária, Márcia Fernandes Lobato, estiveram presentes o coordenador nacional do TIPS, o embaixador John Blacken, o administrador da USAID e Justen Noslinsky em representação do presi-

dente do Conselho de Administração da RTGB, bem como alguns personalidades ligados à Informação.

Nele vai-se abordar dois temas Planeamento da Divulgação Institucional e falar-se-á do Roteiro. Pretende-se com ele criar instrumentos legais institucionais para o planeamento e organização da divulgação da informação dos esforços desenvolvidos pelo Executivo, pelo Legislativo, e pelo Judiciário, bem como pelos representantes do sector privado, nomeadamente a Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura e demais associações.

Ainda temas ligados à Assessoria de Imprensa, Consultadoria da Comunicação Social, bem como promoção e realização de evento, serão desenvolvidos no decurso dos trabalhos, em que participam cerca de 35 profissionais de Informação que representam vários órgãos e instituições governamentais, não-governamentais e também de iniciativas privadas.

Simão Abina

No fecho

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros (CM), reunido dia 10 do corrente, sob a presidência do Primeiro-Ministro, Manuel Saturnino Costa, foi informado pela Comissão Nacional de Fronteiras do recente encontro havido em Dakar, em que a parte guineense apresentou à parte senegalesa propostas de alteração ao "Protocolo de Acordo sobre a Organização e Funcionamento da Agência de Gestão e de Cooperação entre as Repúblicas da Guiné-Bissau e do Senegal instituída pelo acordo de 14 de Outubro de 1993", visando a exploração comum da zona marítima situada entre os azimutes 268° e 220°.

De acordo com as informações prestadas, as propostas formuladas foram aceites sem objecção, estando reflectidos no texto ora submetido à apreciação do CM.

Apreciada a nova versão, o CM aprovou, com emendas o citado instrumento, sendo recomendado à Comissão Nacional de Fronteiras que reduzisse a escrito as alterações sugeridas para a sua transmissão as autoridades senegalesas para apreciação.

Por outro lado, o colectivo ministerial reconheceu a necessidade de se moverem diligências no sentido de se acelerar a entrada em funcionamento da Agência de Gestão e Cooperação, estrutura prevista no Protocolo de Acordo.

O CM após ter igualmente discutido deliberou aprovar, com emendas, o projecto de Decreto que altera o Estatuto Geral do Emigrante bem como o projecto de decreto relativo ao regime automóvel.

A proposta de Lei que estabelece a taxa especial de importação de 3 por cento, a submeter a aprovação da ANP, foi aprovada com alterações.

O CM ordenou ainda a adopção de medidas contra as viaturas que circulam por tempo indeterminado com a matrícula ITG, recomendando que veículos encontrados a circular sem matrícula sejam apreendidos e entregues às Alfândegas para a conveniente regularização.

Comentando finalmente a frequência de acidentes de viação o Primeiro-Ministro anunciou a elaboração de um projecto de diploma a ser presente na próxima reunião do CM sobre transportes públicos em que se estabelece normas com vista a reduzir o índice de acidentes rodoviários.

O Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau assegurou, dia 16 do corrente, à administração da Sociedade de Abastecimentos Petrolíferos (PETROMAR) todo o apoio do Governo que dirige, afirmando que "empreendimentos como este merecem toda a nossa contribuição e apoio".

Manuel Saturnino Costa que falava na sede da PETROMAR, após ter efectuado uma visita às instalações da mesma e presidido a inauguração do posto de abastecimento de combustíveis e lubrificantes "Pidjiguiti", tendo desejado felicidades e boa sorte a iniciativa na esperança que acções do género devam continuar tendo em conta o trabalho sério que a empresa está a desenvolver.

Numa mensagem dirigida à administração da PETROMAR, Saturnino Costa escreve que "ao abrir-se ao público mais um posto de abastecimento de combustível, a empresa Petromar vem contribuir assim para a construção do edifício sólido que se pretende a bem da economia do país e ao bem-estar de muitas famílias guineenses. Daí a satisfação com que participo com gosto neste acto e felicito a empresa que através de uma gestão capaz vem trabalhando para o bem-estar desta terra".

Temos confiança na estabilidade política e económica da Guiné-Bissau

Para João Cardoso a iniciativa da PETROGAL, através da sua associada PETROMAR em investir no país, reconfirma a confiança que existe na instabilidade e homens deste país.

"Estes investimentos terão repercussão nos negócios e no bem-estar das pessoas", disse o ministro dos Recursos Naturais, Indústria e Energia, afirmando que "estamos no bom caminho porque o sector energético é a pedra basilar do desenvolvimento".

Para José Manuel Serrão, administrador da PETROGAL e que se deslocou a Bissau para assistir a cerimónia, a empresa que dirige está aberta em participar em outras futuras acções e lançar novos projectos.

"A cooperação entre as duas empresas tem sido frutuosa e queremos continuar a investir na base da política de orientação definidas como prioridade pelo Governo em acções económicas e sociais", garantiu Manuel Serrão acrescentando que querem estar na Guiné-Bissau como estão em Portugal e outros países.

"O programa do Governo de V.Excia contempla o sector energético como uma das prioridades da vossa acção governativa", começou por dizer o sócio da PETROMAR, Carlos Gomes, administrador da empresa GRUCAR, para em seguida acrescentar ter confiança no Exe-

cutivo devido "termos confiança na estabilidade política e económica da Guiné-Bissau".

Carlos Gomes anunciou no seu discurso que a PETROMAR vai brevemente aumentar a sua capacidade de stock com a construção de um novo reservatório de 6.000 m³ para gasóleo.

Falando da empresa, CADOGO Jr. recordou que a PETROMAR está prestes a atingir cinco anos de actividade (19.11.90 - 19.11.95) e que de um volume de vendas de 2,6 milhões de dólares em 1991, passaram para 8 milhões em 1994 devido a capacidade de trabalho demonstrada pela administração e os seus trabalhadores.

Falando da PETROGAL, Carlos Gomes disse que ela é um modelo de uma empresa de cooperação Norte-Sul, não obstante a recessão económica mundial que tem desencorajado os investidores a procurar parceiros nos países menos desenvolvidos, concluiu.

PRIORIDADE É CONSOLIDAR NOSSA PRESENÇA

Entretanto, no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada, dia 16 do corrente, o administrador da PETROGAL defendeu que a prioridade das prioridades da sua empresa neste momento é consolidar a sua presença na Guiné-Bissau.

Falando alternadamente, Manuel Serrão e Carlos Bayan Ferreira, administrador-delegado na Guiné-Bissau, asseguraram que a perspectiva da empresa para este ano é atingir um volume de vendas na ordem dos nove milhões de dólares e o objectivo principal é aproveitar essa rentabilidade para reinvestir neste e outros sectores.

Segundo eles, a presença da empresa neste país está intimamente ligada com os países com os quais Portugal tem afinidades culturais e económicas, nomeadamente Espanha, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde (neste momento só ligação comercial). Entretanto, anunciaram estar para abrir instalações no Brasil, Marrocos, África do Sul e China.

Instados a pronunciar sobre as possibilidades de abertura de instalações na Costa Ocidental africana, não refutaram a ideia, mas asseguraram que a prioridade neste momento é a Guiné-Bissau onde pretende consolidar bem as suas bases e depois estudar as possibilidades de alargamento para outras zonas.

"Temos contactos com o Senegal e a Guiné-Conakry, mas é necessária muita precaução", disseram.

Sobre as possibilidades da PETROMAR vir a intervir no sec-

tor do gás, adiantaram estar em contactos com o Governo. "Mostramos um forte interesse neste assunto e estamos abertos para entrar no sector e quando entrarmos é para o alargar para todo o país o que poderá contribuir para a diminuição das queimadas e retardar o avanço do deserto".

A PETROMAR tem postos de venda em Gabú, Jugudul, Bissau e não pôs de lado a hipótese de alargar os mesmos a outras regiões do país, embora Cacheu seja um pouco mais difícil de momento devido a óbice do João Landim.

Falando do relacionamento com outras empresas do sector, Bayan Ferreira disse não haver grandes contactos, mas garantiu estarem abertos a um bom relacionamento na base de uma concorrência legal.

A delegação da PETROGAL que chegou a Bissau segunda-feira a Bissau e dela fazia parte José Manuel Serrão, administrador, Luís Fortes, director-geral, Manuela Meneses, Jorge Morais, Helena Cordeira, convidada e administradora do Banco Mundial.

Durante a sua permanência na capital guineense a mesma foi recebida em audiência pelo Chefe de Estado, João Bernardo Vieira, e tiveram encontros de trabalho com vários responsáveis guineenses ligados ao sector energético, nomeadamente com o ministro dos Recursos Naturais, Indústria e Energia, João Cardoso.

Igualmente visitaram os postos de Gabú e Jugudul.